

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Via S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Sumário

Relatório da Administração	2
Declaração da Diretoria sobre as demonstrações financeiras	12
Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	13
Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras	14
Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance	15
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	17
Balanço patrimonial ativo	23
Balanço patrimonial passivo	24
Demonstração do resultado	25
Demonstração do resultado abrangente	26
Demonstração dos fluxos de caixa	27
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	28
Demonstração do valor adicionado	29
1. Contexto operacional	30
2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	30
3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados	33
4. Principais práticas contábeis	34
5. Caixa e equivalentes de caixa	40
6. Contas a receber	40
7. Estoques	44
8. Tributos a recuperar	45
9. Partes relacionadas	47
10. Investimentos	49
11. Imobilizado	51
12. Intangível	55
13. Empréstimos e financiamentos	59
14. Gerenciamento de riscos financeiros	63
15. Tributos a pagar	68
16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	69
17. Provisão para demandas judiciais	72
18. Operação de arrendamento mercantil	77
19. Receitas diferidas	80
20. Patrimônio líquido	82
21. Receita de venda de mercadorias e serviços	85
22. Despesas por natureza	87
23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	81
24. Resultado financeiro, líquido	88
25. Resultado por ação	88
26. Cobertura de seguros	89
27. Informações sobre os segmentos	90
28. Eventos subsequentes	90

Via S.A.

Relatório da Administração
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022



Relatório da Administração

Apresentação

A Via S.A., a melhor Via de compras de todos os brasileiros, onde, quando e como eles quiserem, no cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta, a seguir, o Relatório da Administração com os resultados financeiros e operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Perfil

A Via S.A., diretamente ou por meio de suas controladas (“Companhia” ou “Via”), listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código VIIA3, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo – Brasil e listada no OTC Markets (“OTC”) sob o código VIAYY (através de ADRs) negociadas no mercado norte-americano. Somos um ecossistema digitalizado e um *marketplace* aberto para inovação com uma abordagem centrada no cliente.

A Via S.A. é uma varejista omnicanal de alcance nacional no Brasil, servindo a mais de 97 milhões de consumidores em suas lojas físicas e *e-commerce* (1P e *marketplace*), por meio das marcas Casas Bahia, Ponto e Extra.com.

As soluções financeiras da Via atendem milhões de clientes através de seu próprio modelo de crediário (*buy now, pay later*), e seu *marketplace* com mais de 151 mil parceiros (*sellers*) e mais de 64 milhões de SKUs, oferecendo soluções e serviços, como o *fulfillment*, utilizando a rede logística de operação nacional da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 30 Centros de Distribuição e entrepostos e realizava suas vendas por meio de 1.133 filiais ativas (977 com a bandeira Casas Bahia e 156 com a bandeira Ponto).

Disclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas às perspectivas dos negócios da Companhia, projeções e ao seu potencial de crescimento constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do país, do setor e do mercado como um todo, logo, estando sujeitas a mudanças.

Mensagem da Administração

A estratégia da Via de nos transformar numa plataforma aberta, conectada com parceiros e crescer além do varejo segue evoluindo. Isso, somado à busca por um protagonismo ainda maior nas categorias core e acompanhado por aumento de recorrência proveniente do aumento de sortimento e serviços fará da Via uma Companhia ainda mais presente no dia a dia dos brasileiros e que cresce rentavelmente.

No 4T22, observamos resiliência na operação de 1P, fortalecida pela performance das lojas (atuais e novas) e penetração de serviços financeiros, reflexo do forte papel da omnicanalidade. Mantivemos crescimento no canal B2B com instituições parceiras contribuindo para o ganho de *market share* nas categorias core. Aumentamos a participação do crediário e serviços logísticos na receita omnicanal do 3P (diversificando o *take rate*), além do ganho de relevância dos serviços logísticos mar aberto.

O ambiente de vendas se mostrou positivo nas lojas físicas, mas pressionado no digital. Reconhecemos um ano desafiador: inflação, demanda e crédito se deterioraram e, portanto, trouxeram desafios, principalmente para vendas e despesas. Esse contexto desenhou um 2023 pautado em eficiência, rentabilidade e disciplina de caixa.

Via S.A.

Relatório da Administração Exercício findo em 31 de dezembro de 2022



Apesar de desafiador, existem muitos aspectos positivos no 4T22 e 2022: desembolso com processos trabalhistas abaixo do nível mínimo do *guidance* em R\$ 300 milhões, monetização de créditos fiscais de R\$ 2,4 bilhões em 2022, evolução da plataforma Envvias (+48% das entregas dos pedidos 3P), receita do *marketplace* no ano crescendo 44,5% e canal atingindo *breakeven* e geração de Caixa Operacional robusta no 4T22 de R\$ 3,4 bilhões contribuindo para manutenção da posição de Caixa Líquido da Companhia.

Cliente no centro e Omnicanalidade: saímos de um NPS de 63 em dez/19, para 73 neste trimestre. Seguindo nosso plano de expansão, abrimos 15 novas lojas no 4T22, sendo 60% em praças novas. Ao longo do trimestre, encerramos 3 lojas (todas em municípios com sobreposição de lojas) por apresentarem performance aquém do esperado, totalizando 1.133 lojas no período, com crescimento de 16% no GMV. Adicionalmente, nossos vendedores atingiram produtividade superior ao período pré pandemia.

Reforço também que cerca de 50% das vendas *online* da Companhia passam pelas lojas (seja *Retira Rápido*, seja *ship from store*), o que contribui com um custo de servir menor. Apresentamos contínuo crescimento do número de pedidos em 3P e aumento de receita, fruto de nossa estratégia, execução e participação do vendedor *online* (23% do GMV, +4,4p.p vs. 4T21). O crédito nos canais digitais teve menor participação no período, bem como nas lojas físicas, em linha com o maior conservadorismo praticado pela Companhia.

Nosso *marketplace*, chegamos a cerca de 151 mil *sellers* e elevamos para 64 milhões de SKUs. Seguimos firmes com uma visão estratégica clara para o nosso *marketplace*: irá aumentar a base de clientes da Via, a custo baixo, bem como aumentará a recorrência de compras, sobretudo com itens de cauda longa. Mais uma vez, de forma consistente, batemos recordes de pedidos e itens vendidos no 3P, com crescimento de receita de +41,5% em 2022.

Soluções Financeiras: iniciando pelo crediário, produto criado e operado pela Via, 100% proprietário e com alto nível de recorrência (>de 50%), observamos as perdas sob controle (melhor que 3T22) e uma carteira de R\$ 5,5 bilhões no crediário, sendo mais de R\$ 450 milhões no *e-commerce*, R\$504 milhões de produção no empréstimo pessoal e um TPV de R\$ 6,3 bilhões nos cartões *co-branded*. No carnê, são mais de seis décadas de *know-how* e experiência de um produto proprietário da Via, hoje com processos digitalizados (mais de 99% das decisões de créditos são automatizadas). O banQi, nossa *fintech*, segue sua trajetória de crescimento e alcançou mais de 6,6 milhões de contas e 23x por ano de frequência de uso (+60% vs. 4T21), sendo que 50% desses clientes são novos no ecossistema Via.

Ecosistema Logístico: nestes três anos, investimos em tecnologia e processos para operar uma revolução em nossos serviços e atender cada vez melhor e com mais eficiência nossos clientes, de produtos leves e pesados. Reorganizamos e crescemos nossos centros de distribuição (hoje são 30), para lidar com a demanda do *e-commerce*. Com as aquisições de duas *logtechs*, hoje temos uma rede de mais de 300 mil entregadores na última milha, além de uma proposta de valor única no mercado com nosso *fulfillment* multiplataforma. Nossa malha própria atingiu 72% de todas as nossas entregas do online no 4T22. Temos também uma operação de mar aberto com crescimento expressivo no número de entregas de +320% e receita de +837%. E as entregas do ENVVIAS cresceram +5x vs. 4T21 (+412%).

Governança Corporativa: em abril de 2022, foi eleita como membro independente no Conselho de Administração, a Sra. Claudia Quintella Woods, reforçando o comprometimento da Companhia com a diversidade. Em dezembro de 2022, o Sr. Renato Carvalho do Nascimento, membro independente do Conselho de Administração foi eleito como presidente do referido Órgão.

Via S.A.

Relatório da Administração
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022



Inovação: a Via foi reconhecida como uma das 10 empresas que mais realizam inovação aberta com *startups* na categoria Varejo e Distribuição, pelo *ranking* da plataforma 100 *Open Startups*. A Companhia ocupou neste ano a 8ª posição em função do número de relacionamento com *startups*, que inclui contratações, desenvolvimento de provas de conceito e pilotos, aquisições e investimentos.

Igualmente sinérgica com a estratégia de negócios da Companhia é a nossa atuação ESG. Com os pés no chão, continuamos exercitando e avaliando todas as possibilidades de aumento de crescimento, melhoria da experiência dos clientes, produtividade e reduções de despesas. Perseguir a excelência da execução de nossa estratégia e da nossa operação são objetivos permanentes.

Finalmente, é a esse time da Via que eu agradeço, bem como aos nossos milhões de consumidores, nossos fornecedores, parceiros, investidores e aos nossos conselheiros.

Informações Consolidadas

Abertura da Receita Bruta

R\$ milhões	4T22	4T21	%	2022	2021	%
Mercadoria	9.012	8.711	3,5%	32.037	33.052	(3,1%)
Serviços de frete e montagem	113	66	71,2%	320	298	7,4%
Serviços	685	305	124,6%	1.702	1.088	56,4%
Credíário/Cartões	617	484	127,5%	2.359	1.937	21,8%
Receita Bruta	10.427	9.566	9,0%	36.418	36.375	0,1%

A receita bruta de mercadorias, mesmo com desempenho mais pressionado pelo recuo do GMV 1P *online*, apresentou crescimento de 3,5%. Entretanto, as receitas de serviços e de credíário/cartões apresentaram crescimento, correlacionado com a retomada das lojas físicas, efeito que alavancou as conversões de vendas de outros serviços e o crescimento da receita do *marketplace*.

Composição Consolidada das Vendas	4T22	4T21	%	2022	2021	%
À vista	31,1%	29,4%	1,7 p.p.	28,7%	27,3%	1,4 p.p.
Carnê	11,2%	12,3%	(1,1 p.p.)	13,9%	12,6%	1,3 p.p.
banQi	0,4%	0,4%	0,0 p.p.	0,4%	0,5%	(0,1 p.p.)
Cartão de Crédito - Co-branded	10,5%	9,4%	1,1 p.p.	9,3%	7,9%	1,4 p.p.
Cartão de Crédito – Outros	46,8%	48,5%	(1,7 p.p.)	47,7%	51,7%	(4,0 p.p.)

Nosso credíário segue sendo uma importante ferramenta de fidelização de nossos clientes e diferencial competitivo, com penetração em 2022 de 14% na receita consolidada da Via, um aumento de 1,3 p.p. vs. 2021. Nas lojas, em 2022, participou com 26% das vendas e 5% das vendas *online* da marca Casas Bahia. As vendas realizadas por meios de pagamentos próprios cresceram 2,6 p.p. representando cerca de 24%, com destaque para o cartão *Co-branded*, com crescimento no ano e no trimestre.

Lucro Bruto

R\$ milhões	4T22	4T21	%	2022	2021	%
Lucro Bruto	2.767	2.364	17,0%	9.590	9.327	2,8%
% Margem Bruta	31,3%	29,1%	2,2p.p.	31,0%	30,2%	0,8p.p.

No 4T22, o lucro bruto operacional foi de R\$ 2,8 bilhões, com margem bruta de 31,3%, aumento de 2,2p.p. A margem é explicada pela maior penetração de serviços, além da contribuição do maior *take rate* no 3P. Em 2022, a margem bruta teve leve aumento de 0,8p.p.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

R\$ milhões	4T22	4T21	%	2022	2021	%
Despesas de Vendas, Gerais e Adm.	(2.202)	(1.784)	23,4%	(7.472)	(8.198)	(8,9%)
% Receita Líquida	(24,9%)	(22,0%)	(2,9p.p.)	(24,2%)	(26,5%)	2,3p.p.

As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram aumento de 23,4% a/a, aumento de 2,9 p.p. para 24,9% da ROL.

No ano de 2022, as despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram redução de 8,9% com melhora de 2,3p.p em relação a ROL.

R\$ milhões	4T22	4T21	%	2022	2021	%
Receitas financeiras	51	22	131,8%	116	75	54,7%
Despesas financeiras	(698)	(489)	42,7%	(2.659)	(1.473)	80,5%
Despesas Financeiras Dívidas	(155)	(108)	43,5%	(557)	(323)	72,4%
Despesas Financeiras CDCI	(196)	(95)	106,3%	(626)	(306)	104,6%
Despesas com Desconto de Recebíveis	(137)	(146)	(6,2%)	(763)	(288)	164,9%
Juros de Passivo de arrendamento	(116)	(103)	12,6%	(435)	(391)	11,3%
Outras Despesas Financeiras	(94)	(37)	154,1%	(278)	(165)	68,5%
Resultado financeiro antes de atualizações	(647)	(467)	38,5%	(2.543)	(1.398)	81,9%
% Receita Líquida	(7,3%)	(5,7%)	(1,6p.p.)	(8,2%)	(4,5%)	(3,7p.p.)
Atualizações Monetárias	6	29	(79,3%)	299	181	65,2%
Resultado financeiro líquido	(641)	(438)	46,3%	(2.244)	(1.217)	84,4%
% Receita Líquida	(7,2%)	(5,4%)	(1,8p.p.)	(7,3%)	(3,9%)	(3,4p.p.)

No 4T22, o resultado financeiro líquido foi de R\$ (641) milhões, 1,8 p.p. maior como percentual da Receita Líquida (7,2%), em razão, principalmente, do aumento da taxa Selic, sendo parcialmente mitigado pela melhora obtida nos spreads sobre o custo.

Resultado líquido

R\$ milhões	4T22	4T21	%	2022	2021	%
Lucro Líquido (Prejuízo)	(163)	29	n/a	(342)	(297)	15,2%
% Margem Líquida	(1,8%)	0,4%	(2,2p.p.)	(1,1%)	(1,0%)	(0,1p.p.)

O prejuízo líquido foi de R\$ (163) milhões e margem líquida de (1,8%) no trimestre, com recuo de 2,2 p.p frente a 4T21. No ano de 2022, apresentamos prejuízo líquido de R\$ (342) milhões.

Ciclo financeiro

R\$ milhões	4T22	3T22	2T22	1T22	4T21	(+/-) 4T22 vs. 4T21
(+/-) Estoques	5.574	6.418	6.633	6.907	7.152	(1.578)
Dias Estoques ¹	95	111	113	117	120	(25 dias)
(+/-) Fornecedores (*)	6.421	5.348	5.736	5.494	5.608	813
Fornecedores - Portal	657	1.040	1.044	696	1.332	(675)
Fornecedores risco sacado (convênio)	2.463	2.499	2.500	2.509	1.904	559
Não revenda	830	716	759	662	810	20
Dias Fornecedores Total ¹	121	111	116	105	117	4 dias
Variação Ciclo Financeiro	26	-	3	(12)	(3)	29

⁽¹⁾ Dias de CMV

(*) Exceto fornecedores portal, fornecedores não revenda e fornecedores risco sacado (convênio).

Encerramos o 4T22 com forte redução no número de dias de estoque (25 dias) em relação ao 4T21, em linha com a estratégia adotada de normalização dos estoques em 2022 e sem afetar a disponibilidade, mesmo com eventos sazonais, como a Copa do Mundo, a *Black Friday* e o Natal.

Para melhor entendimento, além do saldo de fornecedores risco sacado (convênio) que já era reportado, optamos em abrir também o montante de fornecedores – Portal, pois apesar de se tratar de transações mercantis recorrentes entre a Via e seus fornecedores, nela a Companhia possibilita que seus fornecedores antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face e por essas antecipações a Companhia recebeu valores a título de comissão no montante de R\$ 27 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 57 durante o exercício de 2021). Também resolveu abrir os saldos de fornecedores não revenda, que se soma a linha fornecedores no balanço. Nota-se, portanto, que o cálculo do número de dias de fornecedores (sem risco sacado) e não revenda tem prazo saudável para a operação, manteve-se praticamente estável vs. 4T21 (ganho de 4 dias) e financia nosso capital de giro, com diferença de 26 dias em relação aos estoques.

Fornecedores risco sacado (convênio): é formado a partir de transações mercantis recorrentes entre a Via e seus fornecedores de produtos e serviços. Os convênios firmados atendem aos interesses mútuos no que tange à liquidez e capital de giro de cada parte, e são firmados em decorrência de eventuais variações conjunturais no nível da demanda e oferta de produtos e serviços. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira e em troca recebe antecipadamente esses recursos da instituição financeira, que, por sua vez, passa a ser credora da operação. Em 31 de dezembro de 2022 o prazo médio dessas operações era de 118 dias com custo financeiro de 18,95% a.a. (em 31 de dezembro de 2021 o prazo médio dessas operações era 98 dias com custo financeiro de 11,04% a.a.), os respectivos custos financeiros da operação são apropriados no resultado financeiro, em conformidade com o regime e competência.

Investimentos

R\$ milhões	4T22	4T21	%	2022	2021	%
Logística	7	38	(82%)	52	87	(40%)
Novas Lojas	25	116	(78%)	180	223	(19%)
Reforma de Lojas	9	52	(83%)	56	154	(64%)
Tecnologia	168	143	18%	654	514	27%
Outros	1	30	(97%)	64	62	3%
Total	210	379	(45%)	1.006	1.040	(3%)

No trimestre, os investimentos da Via totalizaram R\$ 210 milhões, sendo +80% do total direcionado para projetos relacionados à tecnologia e logística para suportar o crescimento e digitalização da Companhia.

Movimentação de Lojas por Formato e Bandeira

Foram abertas 15 lojas no trimestre, todas na bandeira Casas Bahia. Ao final de 2022, a Companhia operava um total de 1.133 lojas. Em 2022, totalizamos 63 novas lojas e fechamos 21, totalizando líquido de 42 lojas.

Casas Bahia	4T21	3T22	Abertas	Fechadas	4T22
Rua	736	775	14	-	789
Shopping	191	189	1	2	188
Consolidado (total)	927	964	15	2	977
Área de Vendas (mil m ²)	852	939	11	1	949
Área Total (mil m ²)	1.367	1.483	16	2	1.497

Ponto	4T21	3T22	Abertas	Fechadas	4T22
Rua	89	89	-	1	88
Shopping	75	68	-	-	68
Consolidado (total)	164	157	-	1	156
Área de Vendas (mil m ²)	90	85	-	1	84
Área Total (mil m ²)	147	141	-	1	140

Consolidado	4T21	3T22	Abertas	Fechadas	4T22
Rua	825	864	14	1	877
Shopping	266	257	1	2	256
Consolidado (total)	1.091	1.121	15	3	1.133
Área de Vendas (mil m ²)	942	1.024	11	2	1.033
Área Total (mil m ²)	1.514	1.624	16	3	1.637

Centros de Distribuição	4T21	3T22	Abertas	Fechadas	4T22
CDs	28	30	-	-	30
Área Total (mil m ²)	1.287	1.290	-	-	1.290

Consolidado	4T21	3T22	Abertas	Fechadas	4T22
Área Total (mil m ²)	2.801	2.914	16	3	2.927

Exercício Social

O exercício social da Companhia coincide com o ano calendário, e as demonstrações financeiras serão levantadas ao término de cada ano, de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e demais dispositivos legais aplicáveis.

A Companhia levantará balanços intermediários, observando as disposições legais aplicáveis.

Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para os tributos sobre o resultado do exercício.

Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Administração apresentará à Assembleia Geral proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer após as seguintes deduções ou acréscimos, realizadas decrescentemente e nessa ordem:

- a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social;
- b) Montante destinado à formação de reservas para contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores;
- c) Lucros a realizar e reversão dos lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício;
- d) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório; e
- e) A parcela remanescente do lucro líquido será destinada: (i) à reserva para investimento e expansão, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) ao reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório.

A Companhia poderá declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários, à conta de (i) lucros apurados nos balanços intermediários, previstos no Parágrafo Único do Artigo 31 acima, (ii) lucros acumulados ou (iii) de reservas de lucros.

Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o artigo 33 deste Estatuto Social.

O Conselho de Administração poderá ainda, determinar o pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e limite da legislação aplicável, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório anual.

Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

Via S.A.

Relatório da Administração
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022



Relacionamento com a Auditoria Externa

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os honorários de auditoria referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, revisões trimestrais das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, auditorias societárias e revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação apropriada.

Com objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia informa que a *Ernst & Young Auditores Independentes S.S.*, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços não relacionados à auditoria que representaram mais de 5% (cinco por cento) dos honorários de auditoria durante o exercício de 2022.

Destaques ASG (ESG)

Valor adicionado

O Valor adicionado no exercício totalizou R\$ 6.386 milhões. Desse montante, R\$3.288 milhões, 51,5% do Valor Adicionado, foram destinados para pagamento de funcionários, encargos e com demandas judiciais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía um quadro com 46.073 colaboradores, 10,92% inferior ao número apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que era de 51.722 colaboradores.

Em 2022 a Via integrou novamente as carteiras de importantes índices da B3, tais como: ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), ICO2 (Índice carbono Eficiente) e IGPTW (Índice *Great Place to Work*), reforçando os compromissos ambientais, sociais e de governança.

Seguem abaixo os principais destaques do ano:

Ambientais:

SLB (*Sustainability Linked Bonds*)

Em 2022, a Via atingiu a meta ESG estabelecida na SLB, divulgada em abril de 2021, de adquirir 50% de energia de fontes limpas e renováveis. A meta foi assegurada pela KMPG. A Companhia se comprometeu a atingir 90% até 2025.

Programa de Reciclagem Via – REVIVA

Em 2022, por meio do programa REVIVA foram destinadas cerca de 3,5 mil toneladas de resíduos para reciclagem, beneficiando 12 cooperativas parceiras. Com 530 coletores de eletroeletrônicos distribuídos nas lojas e operações, 4,7 toneladas de eletroeletrônicos foi encaminhada para descarte e reciclagem.

Marketplace sustentável

A Pangeia, *marketplace* sustentável da Casas Bahia, segue apoiando o desenvolvimento de pequenos produtores como povos originários da Amazônia, cooperativas rurais e florestais, e artesãos. A Pangeia adota a iniciativa 1% pelo planeta (vendas convertidas em ações de ESG) e as transações são carbono zero, compensadas pela Moss.

Via S.A.

Relatório da Administração
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022



Diversidade.

Via de Respeito

Em 2022, desenvolvemos sensibilizações e treinamentos pela promoção da equidade para todos os colaboradores. Lançamos o Programa Via de Respeito para conscientizar e promover o combate da discriminação e assédio.

Pessoas com Deficiência

Em dezembro, firmamos parceria com a REIS com o objetivo de acelerar a inclusão dos profissionais com deficiência.

Raça

Criamos a iniciativa **Por Uma Via Antirracista**, para promoção do **combate ao racismo** e inclusão de pessoas pretas e pardas. Por meio do **Movimento Mover**, lançamos o letramento racial e distribuímos bolsas de **formação em tecnologia e em inglês** para colaboradores da Via.

Mulheres na liderança

A Via realizou, em 2022, diversas iniciativas para o desenvolvimento de mulheres na liderança. Dentre elas, uma voltada para as colaboradoras da área de tecnologia.

Sociais

Fundação Casas Bahia

Investimos R\$ 4,2 milhões em 15 projetos, divididos em três pilares estratégicos: Protagonismo Jovem, Empreendedorismo e Engajamento Social.

Destacamos a realização da Gincana Agente+, competição Social envolvendo o time de operações de todo o Brasil, que contou com a participação de 475 lojas, que arrecadaram 19 mil peças de roupas, 3.723 kg de alimentos e 3.477 brinquedos que beneficiaram mais de 9 mil pessoas. No total, a Fundação Casas Bahia apoiou 67 organizações sociais locais indicadas pelas lojas destaques participantes da gincana.

Com o Instituto PROA, nosso principal parceiro, contribuimos com a formação e o encaminhamento para a empregabilidade de 3.579 jovens nos Estados de SP, PE, RJ, RS e SC. Além disso, conectamos parte desses jovens ao ecossistema da Via, que contratou e deu a oportunidade do primeiro emprego para 33 alunos do PROA.

Governança Corporativa

A Companhia possui uma estrutura de Governança bastante robusta, visando garantir uma gestão eficiente e responsável, observando sempre as melhores práticas do mercado, de acordo com as leis, instruções e demais regras aplicáveis, além dos compromissos assumidos pela Companhia com seus clientes, investidores e toda a sociedade, especialmente no que se refere a transparência. A Governança da Companhia está estruturada da seguinte forma: Assembleia Geral; Conselho de Administração; Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, com objetivo, além de outros, de assegurar que os controles de riscos estão em pleno funcionamento; Comitê de Finanças; e um Comitê de Pessoas, Inovação e Governança, que também conta com membro independente, em que são discutidos temas de pessoas e aprimoramento da governança além, é claro de uma Diretoria Executiva responsável pela implementação e execução da estratégia da Companhia. Além disso, a Companhia conta com Conselho Fiscal, órgão não permanente, mas que tem sido instalado nos últimos anos, sempre muito atuante e que ajuda a garantir ainda mais transparência às práticas adotadas pela Companhia. A seguir destacamos as principais ações/movimentações ocorridas no ano de 2022 na estrutura de governança corporativa.

Eleição Conselho de Administração

Em abril de 2022, indicamos e foi eleita, como membro independente no Conselho de Administração, a Sra. Claudia Quintella Woods, reforçando o comprometimento da Companhia com a diversidade e, ainda, visando aprimorar a governança corporativa da Companhia. Em dezembro de 2022, a Sra. Claudia passou a ocupar também uma posição de membro independente no Comitê de Pessoas e Governança. Com esta alteração, a composição deste órgão passou a ser, em sua maioria, de membros independentes.

Eleição Novo Presidente do Conselho de Administração

Além da nova composição, em linha com as melhores práticas de governança corporativa do mercado, em 16 de dezembro de 2022, o Sr. Renato Carvalho do Nascimento, membro independente do Conselho de Administração foi eleito como presidente do referido Órgão, antes ocupado pelo Sr. Raphael Oscar Klein que permanece como membro.

Destaques na atuação do Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*

No exercício de 2022, nosso Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* visando o acompanhamento de trabalhos, aprimoramento de suas análises e recomendações, em busca da lisura nos processos e operações da Companhia, além de sua atuação nas avaliações das informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais, acompanhou de forma recorrente: (i) o Plano de trabalho conduzido pela área de Controles Internos, Riscos e *Compliance*, incluindo, mas não se limitando aos resultados do Canal de Denúncias e Mapas de Riscos; (ii) Revisão e atualização da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia pela área de Controles Internos Riscos e *Compliance*; (iii) Acompanhamento dos trabalhos conduzidos pela área de Cyber Segurança; (iv) Monetização dos Créditos Fiscais; (v) atualizações dos órgãos reguladores, a exemplo das alterações recentes no Formulário de Referência, em especial ESG, além de outros diversos temas.

Roberto Fulcherberguer
CEO

Via S.A.

Declaração da Diretoria sobre as demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022



Declaração da Diretoria sobre as demonstrações financeiras

Os Diretores da Via S.A. (“Companhia”), em conformidade com o artigo 25, §1º, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, autorizando a sua conclusão nesta data.

São Paulo (SP), 09 de março de 2023.

Roberto Fulcherberguer
Diretor Presidente

Sérgio Augusto França Leme
Vice-Presidente Administrativo e Diretor de Relações com Investidores

Abel Ornelas Vieira
Vice-Presidente Comercial e de Operações

Orivaldo Padilha
Vice-Presidente Financeiro

Helisson Brigido Andrade Lemos
Vice-Presidente de Inovação Digital

Via S.A.

**Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022**



Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Os Diretores da Via S.A. (“Companhia”), em conformidade com o artigo 25, §1º, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, autorizando a sua divulgação nesta data.

São Paulo (SP), 09 de março de 2023.

Roberto Fulcherberguer

Diretor Presidente

Sérgio Augusto França Leme

Vice-Presidente Administrativo e Diretor de Relações com Investidores

Abel Ornelas Vieira

Vice-Presidente Comercial e de Operações

Orivaldo Padilha

Vice-Presidente Financeiro

Helisson Brigido Andrade Lemos

Vice-Presidente de Inovação Digital

Via S.A.

Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022



Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras

O Conselho Fiscal da Via S.A. (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes – Ernst & Young Auditores Independente S.S., datado de 09 de março de 2023, opinam favoravelmente que os referidos documentos, em todos os aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a ser convocada, nos termos da Lei no 6.404/76.

São Paulo, 09 de março de 2023.

Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior – Presidente

André Coji – Membro

Magali Rogéria de Moura Leite - Membro

Via S.A.

Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022



Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance

Aos Srs. Membros do Conselho de Administração da Via Varejo S.A. (“Companhia”)

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia (“Comitê”) é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pela legislação e regulamentação aplicável, principalmente pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 23/2021, conforme alterada, pelo disposto no Estatuto Social da Companhia e por seu Regimento Interno.

O Comitê foi inicialmente instalado na reunião do Conselho de Administração de 24 de outubro de 2018, quando da migração da Companhia para o segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Novo Mercado.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com independência em relação à Diretoria. As suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

Em 07 de julho de 2020, o Conselho de Administração aprovou a atualização do Regimento Interno do Comitê, alterando também sua denominação para inclusão expressa de “Riscos e Compliance”, bem como a nova composição do Comitê, a saber: (i) eleição do Sr. Marcel Cecchi Vieira como Coordenador do Comitê; (ii) eleição dos Srs. Luiz Carlos Nannini e Rogério Paulo Calderón Peres como membros do Comitê. A Atual composição do Comitê teve seu mandato renovado por 2 (dois) anos em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2022, com prazo até a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia do ano de 2024.

Conforme comunicado ao mercado divulgado em 07 de março de 2023, a Companhia recebeu comunicação de renúncia do Sr. Marcel Cecchi Vieira, datada de 06 de março de 2023, por motivos pessoais. O Sr. Marcel Cecchi Vieira, atuou como coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance nos últimos 3 anos e, além das demais atribuições, também acompanhou todo trabalho de revisão das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, que serão divulgadas pela Companhia em 09 de março de 2023, após o encerramento do pregão da B3. O Conselho de administração deverá deliberar sobre indicação de novo membro ao Comitê de Auditoria, em substituição ao Sr. Marcel Cecchi.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias de tal órgão devem ser realizadas, no mínimo, bimestralmente. O Comitê reuniu-se 10 (dez) vezes no período de janeiro de 2022 a março de 2023.

Todos os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê foram consignados em atas de reuniões, as quais são assinadas pelos membros presentes do Comitê e permanecem arquivadas na sede da Companhia e também na plataforma utilizada pela área de Governança Corporativa da Companhia.

As principais atividades realizadas pelo Comitê no período de janeiro de 2022 a março de 2023 foram:

(a) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (DF2021);

Via S.A.

**Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022**



- (b) Avaliação e recomendação acerca da renovação do contrato com os Auditores Independentes (E&Y), para o exercício de 2022;
- (c) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de março de 2022 (1º ITR/22);
- (d) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2022 (2º ITR/22);
- (e) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2022 (3º ITR/22);
- (f) Acompanhamento do Plano de Trabalho da Auditoria Independente da Companhia referente ao exercício social de 2022;
- (g) Acompanhamento recorrente dos trabalhos conduzidos pela área de Controles Internos Riscos e Compliance durante o exercício social de 2022, incluindo, mas não se limitando ao monitoramento do Canal de Denúncias e Mapas de Riscos;
- (h) Acompanhamento dos trabalhos e plano anual da Auditoria Interna durante o exercício social de 2022, incluindo a definição do escopo de trabalho e reportes recorrentes ao Comitê acerca das entregas e andamentos;
- (i) Análise e recomendação acerca da atualização da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia pela área de Controles Internos Riscos e Compliance;
- (j) Acompanhamento dos trabalhos conduzidos pela área de Cyber Segurança;
- (k) Acompanhamento do processo de Monetização dos Créditos Fiscais;
- (l) Acompanhamento dos indicadores da área de Atendimento ao Cliente;
- (m) Acompanhamento dos trabalhos conduzidos pela área de Sustentabilidade da Companhia;
- (n) Definição de fluxo de contratação de Auditoria Independente para controladas/subsidiárias;
- (o) Definição de fluxo de contratação de serviços de consultoria prestados por empresas de auditoria;
- (p) Acompanhamento do Plano de Trabalho da Auditoria Independente (Grant Thornton), responsável atual por auditar o banQi Instituição de Pagamento e BNQI SCD;
- (q) Acompanhamento das mudanças recentes no Formulário de Referência, em especial ESG;
- (r) Análise do Plano de Trabalho da Auditoria Interna para o primeiro Trimestre de 2023;
- (s) Análise e recomendação acerca da aprovação pelo Conselho das Políticas de Integração, Política Tributária e Política Geral de Proteção de Dados da Companhia;
- (t) Por fim, análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (“DFs 2022”).

3. CONCLUSÕES

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê quanto ao fechamento das Demonstrações Financeiras, em especial decorrente das informações prestadas pela Companhia, seus Auditores Independentes, os membros do Comitê manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia, com a posterior recomendação de aprovação aos Acionistas em Assembleia Geral.

São Paulo, 07 de março de 2023.

Marcel Cecchi Vieira

Coordenador do Comitê até o dia 06 de março de 2023.

Luiz Carlos Nannini

Membro

Rogério Paulo Calderón Peres

Membro

Via S.A.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

Via S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Via S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração da provisão para demandas judiciais trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para demandas trabalhistas e cíveis totalizou R\$ 2.080 milhões na controladora e R\$ 2.113 milhões no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa 17.c às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia e suas controladas são parte em número significativo de ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias trabalhistas e cíveis.

A mensuração, o reconhecimento contábil da provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a essas ações judiciais e processos administrativos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos internos e externos.

Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão e a aplicação adequada e consistente do julgamento durante os exercícios apresentados; (ii) análise da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e de suas controladas; (iii) obtenção de confirmações externas dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos de ações judiciais e processos administrativos; (iv) envolvimento de nossos especialistas da área de contencioso trabalhista, na análise das probabilidades de perda e do modelo de cálculo adotado pela Companhia para constituição da provisão; e (v) avaliação da adequação das divulgações da Companhia em notas explicativas às demonstrações financeiras, em relação ao assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela diretoria para a constituição de provisão para demandas judiciais trabalhistas e cíveis, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização de créditos a recuperar de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de créditos tributários de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS totalizou R\$ 3.813 milhões na controladora e R\$ 3.815 milhões no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa nº 8.b às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. A análise de recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS foi significativa para a nossa auditoria por considerarmos o seguinte: (i) os montantes desses créditos são relevantes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e (ii) a elaboração dessa análise envolve julgamento por parte da diretoria da Companhia na determinação das projeções de débitos futuros de ICMS em suas operações, incluindo a consideração sobre regimes tributários especiais. Tais projeções podem ser afetadas por condições futuras de mercado e econômicas, que não estão sob o controle da Companhia.

Via S.A.

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022**



Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo implementado pela diretoria para a elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados utilizados para a elaboração das projeções; (ii) a avaliação da razoabilidade dos dados utilizados na elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo os referidos cálculos; e (iii) envolvimento de nossos especialistas em tributos indiretos na avaliação sobre a aplicação da legislação tributária e dos regimes tributários especiais nas projeções utilizadas na análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e as premissas relacionados à recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16.c, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos líquido no montante de R\$ 3.319 milhões na controladora e R\$ 3.601 milhões no consolidado em 31 de dezembro de 2022, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. A Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis futuros. Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria na determinação de premissas e critérios utilizados nas projeções de lucros tributáveis, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas, que não estão sob o controle da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o envolvimento de profissionais especializados em projeções financeiras e em impostos sobre a renda para nos auxiliarem na avaliação das premissas e da metodologia utilizada pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de lucros tributáveis futuros. As projeções de lucros tributáveis futuros foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pela diretoria e conselho de administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na Nota Explicativa nº 16 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Via S.A.

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022**



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Via S.A.

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022**



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Via S.A.

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022**



Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Julio Braga Pinto
Contador CRC SP-209957/O

Via S.A.

Balanco patrimonial Em 31 de dezembro de 2022 Em milhões de reais



	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativos					
Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.717	1.596	2.019	1.781
Contas a receber	6	6.537	6.855	6.595	6.900
Estoques	7 e 14 (g)	5.533	7.099	5.574	7.152
Tributos a recuperar	8	1.815	1.782	1.827	1.809
Partes relacionadas	9	523	420	299	271
Despesas antecipadas		217	180	231	191
Outros ativos	6 (f)	523	310	578	360
Total dos ativos circulantes		16.865	18.242	17.123	18.464
Não circulantes					
Contas a receber	6	764	665	764	665
Tributos a recuperar	8	4.770	4.408	4.910	4.495
Tributos diferidos	16 (c)	3.319	2.709	3.635	2.841
Partes relacionadas	9	134	141	184	188
Depósitos judiciais	17 (e)	908	803	925	823
Instrumentos financeiros	14 (b)	-	-	10	10
Outros ativos	6 (f)	500	466	501	467
Investimentos	10	1.999	1.466	265	225
Imobilizado	11	1.650	1.620	1.737	1.712
Intangível	12	1.599	1.055	2.704	2.143
Ativo de direito de uso	18	2.789	3.273	2.816	3.307
Total dos ativos não circulantes		18.432	16.606	18.451	16.876
Total dos ativos		35.297	34.848	35.574	35.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Via S.A.

Balço patrimonial Em 31 de dezembro de 2022 Em milhões de reais



Passivos	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021 (reapresentado)	31.12.2022	31.12.2021 (reapresentado)
Circulantes					
Fornecedores		7.110	6.276	7.251	6.418
Fornecedores portal	14 (b)	657	1.332	657	1.332
Fornecedores risco sacado (convênio)	14 (b)	2.463	1.904	2.463	1.904
Empréstimos e financiamentos	13	6.373	5.267	6.373	5.283
Tributos a pagar	15	227	225	255	231
Obrigações sociais e trabalhistas		357	558	440	591
Receitas diferidas	19	190	365	201	374
Partes relacionadas	9	332	76	20	27
Repasse a terceiros	14 (b)	560	498	648	576
Passivo de arrendamento	18	641	824	645	829
Outros passivos		779	1.082	797	1.112
Total dos passivos circulantes		19.689	18.407	19.750	18.677
Não circulantes					
Empréstimos e financiamentos	13	3.005	4.139	3.005	4.139
Receitas diferidas	19	2.165	793	2.228	853
Provisão para demandas judiciais	17	2.107	2.509	2.188	2.593
Tributos a pagar	15	19	21	20	21
Tributos diferidos	16 (c)	-	-	34	6
Partes relacionadas	9	2	-	-	-
Passivo de arrendamento	18	3.016	3.328	3.054	3.373
Outros passivos		10	14	11	41
Total dos passivos não circulantes		10.324	10.804	10.540	11.026
Total dos passivos		30.013	29.211	30.290	29.703
Patrimônio líquido	20				
Capital social		5.044	5.044	5.044	5.044
Transações de capital		(1.232)	(1.232)	(1.232)	(1.232)
Reservas de capital		2.361	2.299	2.361	2.299
Ações em tesouraria		(74)	(10)	(74)	(10)
Prejuízos acumulados		(639)	(297)	(639)	(297)
Outros resultados abrangentes		(176)	(167)	(176)	(167)
Total do patrimônio líquido		5.284	5.637	5.284	5.637
Total dos passivos e patrimônio líquido		35.297	34.848	35.574	35.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Via S.A.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receita de venda de mercadorias e serviços	21	30.780	30.896	30.898	30.899
Custo de mercadorias e serviços vendidos	22	(21.010)	(21.513)	(21.308)	(21.572)
Lucro bruto		9.770	9.383	9.590	9.327
Despesas com vendas	22	(6.216)	(7.079)	(6.340)	(7.121)
Despesas gerais e administrativas	22	(1.057)	(1.013)	(1.132)	(1.077)
Depreciações e amortizações	11, 12 e 18	(875)	(782)	(895)	(799)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(129)	(682)	(102)	(718)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		1.493	(173)	1.121	(388)
Resultado financeiro, líquido	24	(2.286)	(1.230)	(2.244)	(1.217)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(149)	(98)	40	45
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(942)	(1.501)	(1.083)	(1.560)
Imposto de renda e contribuição social	16	600	1.204	741	1.263
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia		(342)	(297)	(342)	(297)
Resultado do período por ação (Reais por ação)	25				
Básico					
Ordinárias		(0,21629)	(0,18593)		
Diluído					
Ordinárias		(0,21629)	(0,18593)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Via S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais



	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(342)	(297)	(342)	(297)
Outros resultados abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Valor justo de instrumentos financeiros	(20)	(153)	(20)	(153)
Tributos sobre valor justo de instrumentos financeiros	7	52	7	52
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em investidas	4	1	-	-
Ajustes de conversão do exercício	-	-	4	1
Resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(351)	(397)	(351)	(397)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Via S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhões de reais



Notas	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021 reapresentado	31.12.2022	31.12.2021 reapresentado
Prejuízo líquido do exercício	(342)	(297)	(342)	(297)
Ajustes em				
Depreciação e amortização	11, 12 e 18	1.090	963	1.118
Equivalência patrimonial	10	149	98	(40)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(599)	(1.121)	(754)
Juros e variações monetárias, não realizados		1.496	846	1.517
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, líquidas de reversões		602	2.185	615
Provisões para demandas judiciais outras, líquidas de reversões		105	130	109
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	6 (c)	1.044	825	1.085
Perda com alienação de ativo imobilizado e intangível	23	(24)	7	(38)
Perda estimada do valor recuperável líquido dos estoques	7	19	16	19
Receita diferida reconhecida no resultado		(237)	(219)	(238)
Remuneração baseada em ações		56	49	59
Baixa de direito de uso e passivo de arrendamento	18	(57)	2	(58)
Outros		15	20	15
Lucro líquido do exercício ajustado		<u>3.317</u>	<u>3.504</u>	<u>3.067</u>
Variações no capital circulante				
Contas a receber		(859)	272	(910)
Estoques		1.547	(966)	1.563
Tributos a recuperar		(59)	(605)	(97)
Partes relacionadas		134	(83)	(59)
Depósitos judiciais		(61)	(112)	(58)
Despesas antecipadas		(37)	96	(40)
Outros ativos		(292)	(381)	(295)
Fornecedores	14 (b)	834	(222)	826
Fornecedores portal	14 (b)	(675)	-	(675)
Tributos a pagar		-	(49)	23
Obrigações sociais e trabalhistas		(204)	(13)	(142)
Repasse a terceiros		62	(139)	72
Receita diferida		1.396	(18)	1.396
Demandas judiciais - Trabalhistas	17	(1.152)	(1.474)	(1.176)
Demandas judiciais - Outras	17	(69)	(133)	(69)
Outros passivos		(305)	190	(336)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(11)
Dividendos recebidos de investidas	10	2	1	-
Variação nos ativos e passivos operacionais		<u>262</u>	<u>(3.636)</u>	<u>12</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>3.579</u>	<u>(132)</u>	<u>3.079</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(972)	(876)	(1.008)
Alienação de bens do ativo imobilizado e intangível	11 e 12	75	3	98
Instrumentos financeiros		-	-	-
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido		-	-	(18)
Aumento de capital em subsidiária	10	(73)	(272)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em subsidiária	10	(601)	(119)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.571)</u>	<u>(1.264)</u>	<u>(928)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captações	13	7.803	9.199	7.803
Pagamento de principal	13	(8.147)	(9.028)	(8.164)
Pagamento de juros	13	(912)	(491)	(912)
Pagamentos de principal - arrendamento mercantil	18	(698)	(643)	(702)
Pagamentos de juros - arrendamento mercantil	18	(430)	(385)	(435)
Fornecedores risco sacado (convênio)	14 (b)	559	1.420	559
Aumento de capital		-	5	-
Aquisição de ações em tesouraria, líquida de alienação	20 (b)	(62)	(10)	(62)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		<u>(1.887)</u>	<u>67</u>	<u>(1.913)</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>121</u>	<u>(1.329)</u>	<u>238</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	1.596	2.925	1.781
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	<u>1.717</u>	<u>1.596</u>	<u>2.019</u>
		<u>121</u>	<u>(1.329)</u>	<u>238</u>
Informações complementares de itens que não afetaram caixa				
Aquisição de imobilizado e intangível por meio de financiamento	11 e 12	194	263	194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Via S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais



Notas	Atribuível aos acionistas da Companhia										Total
	Capital social	Transações de capital	Reservas de capital				Ações em tesouraria	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	
			Especial de ágio	Ágio na subscrição de ações	Incentivos fiscais	Opções outorgadas		Subvenção para investimento	Prejuízos acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.039	(1.232)	279	2.227	8	142	(1)	1.004	(1.420)	(67)	5.979
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(297)	-	(297)
Aumento de Capital	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(153)	(153)
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52	52
Ajustes de conversão do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Opções outorgadas reconhecidas	20 (d)	-	-	-	-	60	-	-	-	-	60
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	(10)	-	-	-	(10)
Absorção do prejuízo do período	-	-	-	(416)	-	-	-	(1.004)	1.420	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.044	(1.232)	279	1.811	8	202	(11)	-	(297)	(167)	5.637
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(342)	-	(342)
Ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20)	(20)
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7
Ajustes de conversão do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Opções outorgadas reconhecidas	20 (d)	-	-	-	-	61	-	-	-	-	61
Ações em tesouraria adquiridas	20 (b)	-	-	-	-	-	(62)	-	-	-	(62)
Ações em tesouraria entregues em planos de ações	20 (b)	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.044	(1.232)	279	1.811	8	263	(74)	-	(639)	(176)	5.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Via S.A.

Demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais



	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receitas		35.275	35.501	35.433	35.558
Venda de mercadorias e serviços	21	36.240	36.322	36.418	36.375
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	6	(1.044)	(825)	(1.085)	(830)
Outras receitas		79	4	100	13
Insumos adquiridos de terceiros		(28.787)	(29.324)	(28.603)	(29.359)
Custo de mercadorias e serviços vendidos		(23.856)	(24.529)	(23.683)	(24.350)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.938)	(4.851)	(4.893)	(5.041)
Recuperação (perda) de valores ativos		(37)	2	(71)	(23)
Outros		44	54	44	55
Valor adicionado bruto		6.488	6.177	6.830	6.199
Depreciações e amortizações	11, 12 e 18	(1.090)	(963)	(1.118)	(993)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		5.398	5.214	5.712	5.206
Valor adicionado recebido em transferência		412	175	674	348
Resultado de equivalência patrimonial	10	(149)	(98)	40	45
Receitas financeiras	24	561	273	634	303
Valor adicionado total a distribuir		5.810	5.389	6.386	5.554
Distribuição do valor adicionado		5.810	5.389	6.386	5.554
Pessoal		2.778	4.731	3.288	4.849
Remuneração direta		1.746	2.053	2.174	2.098
Benefícios		275	255	304	272
FGTS		157	179	196	198
Demandas judiciais trabalhistas		576	2.211	568	2.223
Outras despesas com pessoal		24	33	46	58
Impostos, taxas e contribuições		448	(627)	474	(596)
Federais		(94)	(1.173)	(118)	(1.170)
Estaduais		442	467	480	493
Municipais		100	79	112	81
Remuneração de capital de terceiros		2.926	1.582	2.966	1.598
Juros	24	2.847	1.503	2.878	1.520
Aluguéis		70	56	72	55
Outros		9	23	16	23
Remuneração de capitais próprios		(342)	(297)	(342)	(297)
Prejuízo líquido do exercício		(342)	(297)	(342)	(297)
Valor adicionado total distribuído		5.810	5.389	6.386	5.554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Via S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



1. Contexto operacional

A Via S.A., diretamente ou por meio de suas controladas (“Companhia” ou “Via”), listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código VIIA3, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo – Brasil e listada no OTC Markets (“OTC”) sob o código VIAYY (através de ADRs) negociadas no mercado norte-americano.

A Via S.A. é uma varejista omnicanal de alcance nacional no Brasil, servindo a mais de 97 milhões de consumidores em suas lojas físicas e e-commerce (1P e *marketplace*), por meio das marcas Casas Bahia, Ponto, Extra.com.

As soluções financeiras da Via atendem milhões de clientes através de seu próprio modelo de crediário (*buy now, pay later*), e seu *marketplace* com mais de 151 mil parceiros (*sellers*) e mais de 64 milhões de SKUs, oferecendo soluções e serviços, como o *fulfillment*, utilizando a rede logística de operação nacional da Companhia.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”) e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração e moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotam o Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$. Essas informações foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros e remuneração baseada em ações mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Declaração de conformidade

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de março de 2023.

2.4. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração da Companhia utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, portanto, estimativas e premissas referentes principalmente a perdas para redução do valor recuperável de contas a receber, estoques e intangíveis com vida útil indefinida, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para litígios e demandas judiciais, valor justo de ativos e passivos e mensuração de instrumentos financeiros. O resultado efetivo das transações e informações podem divergir dessas estimativas.

2.6. Reapresentação de informações comparativas

Após a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração revisou o seu entendimento acerca da classificação de suas operações de fornecedores risco sacado (convênio) na demonstração dos fluxos de caixa e a classificação de determinados saldos de fornecedores apresentados no passivo da Companhia, que passarão a figurar em linha específica do balanço patrimonial denominada “fornecedores portal”. Por este motivo os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão sendo reapresentados. Essa reapresentação não afetou os valores da Demonstração do resultado do exercício.

	Controladora			Consolidado		
	Como originalmente apresentado em 31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 (reapresentado)	Como originalmente apresentado em 31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 (reapresentado)
Demonstração dos fluxos de caixa						
Variação nos ativos e passivos operacionais	(2.216)	(1.420)	(3.636)	(2.245)	(1.420)	(3.665)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	1.288	(1.420)	(132)	1.118	(1.420)	(302)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(1.353)	1.420	67	(1.363)	1.420	57
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(1.329)	-	(1.329)	(1.203)	-	(1.203)

	Controladora			Consolidado		
	Como originalmente apresentado em 31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 (reapresentado)	Como originalmente apresentado em 31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 (reapresentado)
Balanco Patrimonial						
Fornecedores	7.608	(1.332)	6.276	7.750	(1.332)	6.418
Fornecedores portal	-	1.332	1.332	-	1.332	1.332

2.7. Impactos da COVID-19

A Via, desde o início da pandemia, se mantém alinhada aos protocolos adotados por todas as autoridades de saúde federais, estaduais e municipais. Cumprimos todas as determinações sanitárias com o objetivo de preservar a saúde de nossos colaboradores e clientes. A Companhia segue alinhada com as normas de prevenção e combate, mantendo suas operações físicas e digitais de forma segura. Os impactos às atividades da Companhia, com o avanço da cobertura de imunização, não são hoje representativos. Todas as operações da empresa estão sendo realizadas normalmente e alinhadas, em todo o país de forma padronizada.

2.8. Aquisições

(a) CNT Logística

Em 12 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral a compra de 100% (cem por cento) da CNT por meio de suas subsidiárias.

A CNT é uma *logtech* especializada em ofertas completas para operações de *e-commerce*, *multi-marketplace* e plataformas no modelo *plug & play* (ecossistema com interação entre produtos e serviços). A CNT possui 11 anos atuando na operação de *fulfillment* e 4 anos na operação de *fullcommerce*, além de amplo histórico de atuação no D2C (*direct to consumer*), possui parceria com as principais transportadoras e conexão com grandes *marketplaces* através de soluções próprias para integração HUB e ERP.

A aquisição da CNT possui como principal diferencial estratégico a oferta de um pacote único de soluções de logística para operação de *e-commerce* e deve proporcionar uma rápida e consistente melhora no nível de serviço aos clientes e parceiros do *marketplace* da Companhia, principalmente no que se refere à experiência de compra e velocidade de entrega de pedidos. A transação traz diluição de custos logísticos e contribui para: (i) aumento do NPS (*Net Promoter Score*) da Via; (ii) elevação do valor do cliente ao longo do tempo – LTV; e (iii) redução do custo de aquisição dos novos clientes – CAC.

Em cumprimento ao CPC 15 – Combinação de Negócios, a Companhia está em fase de avaliação do valor justo dos ativos líquidos, adquiridos em 11 de janeiro de 2022. A melhor estimativa do valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição da CNT é apresentada a seguir:

Balanco patrimonial	Valor justo na aquisição 11.01.2022
Ativos circulantes	9
Ativos não circulantes	1
	<u>10</u>
Passivos circulantes	7
Passivos não circulantes	2
Patrimônio líquido	1
	<u>10</u>

O ágio gerado na aquisição representa o montante de R\$19, que compreende a relação entre o valor da consideração transferida pela Companhia, no montante de R\$20, e o valor justo do patrimônio da empresa adquirida. Este ágio é atribuído, principalmente, às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia. O valor do desembolso de caixa para aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido, é de R\$18, que corresponde ao montante de R\$20, pago em 2022 deduzido do caixa adquirido de R\$2.

3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2022 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 ou após. A Companhia está avaliando os impactos da adoção destas normas em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis 2 – Divulgação de políticas contábeis. Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.

- Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis. Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.

- Alteração da norma IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.

4. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, são descritas a seguir.

a) Consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram utilizadas informações financeiras das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Participação societária nas controladas

Controladas	31.12.2022		31.12.2021	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("LAKE")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
ASAP Log Logística e Soluções Ltda. ("ASAP Logística")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administradora de Consórcio Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova")	100,00%	-	100,00%	-
ASAP Log Ltda. ("ASAP Log")	-	100,00%	-	100,00%
Carrier EQ, LLC ("Airfox")	-	-	-	100,00%
BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi")	-	100,00%	-	100,00%
I9XP Tecnologia e Participações S.A. ("I9XP")	-	100,00%	-	100,00%
ViaHub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("ViaHub")	-	100,00%	-	100,00%
BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A. ("BNQI")	-	100,00%	-	100,00%
Celer Processamento Comércio e Serviço Ltda. ("Celer")	-	100,00%	-	100,00%
BANQI Administradora de Cartão Ltda. ("BanQi Adm")	-	100,00%	-	100,00%
CNT Soluções em Negócios Digitais e Logística Ltda. ("CNT Soluções")	-	100,00%	-	-
Íntegra Soluções para Varejo Digital Ltda. ("Íntegra")	-	100,00%	-	-
CNTLog Express Logística e Transporte Eireli ("CNT Express")	-	100,00%	-	-

Descrição das principais controladas

Indústria de Móveis Bartira Ltda.

A Indústria de Móveis Bartira Ltda. é uma sociedade limitada, e foi fundada em 11 de maio de 1962. Tem por objetivo a fabricação e comercialização de móveis em geral, com predominância em madeira. O controlador final é a Via S.A.

Globex Administração e Serviços Ltda.

A Globex Administração e Serviços Ltda. é uma sociedade limitada, que tem por objetivo prestar serviços de administração, locação, arrendamento e intermediação de bens imóveis.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda.

A Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. é uma *holding* que tem por objetivo concentrar as participações da Companhia nas empresas financeiras: Financeira Itaú CBD S.A. Créditos, Financiamento e Investimento (“FIC”), Banco Investcred Unibanco S.A. (“BINV”), FIC Promotora de Vendas Ltda, BanQi Instituição de Pagamento Ltda. (“BanQi”), BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A. (“BNQI”) e BANQI Administradora de Cartão Ltda. (“BanQi Adm”).

ASAP Log Logística e Soluções Ltda.

A ASAP Log Logística e Soluções Ltda. (“Asap Logística”) – atual razão social da VVLog Logística Ltda (“Vvlog”), alterada em 24 de janeiro de 2022 – é uma sociedade limitada e foi fundada em 29 de agosto de 2000. Seu objetivo principal é otimizar as operações logísticas de sua controladora, Via S.A. tendo como foco principal a administração logística entre as lojas e centros de distribuição da Companhia. Em 2020, a Asap Logística adquiriu participação societária das empresas ASAPLog e I9XP, e, em 2022, a sociedade adquiriu participação societárias das empresas CNT Soluções e CNT Express.

Globex Administração de Consórcio Ltda.

A Globex Administração de Consórcios Ltda. possui autorização, conforme Certificação de Autorização nº 03/00/164/90 do Ministério da Fazenda, para administrar grupos de consórcio, formados para aquisição de bens duráveis a serem entregues pela sua controladora, Via S.A., mediante cobrança de taxa de administração. Atualmente, a Administradora não possui grupos de consórcio ativos.

Cnova Comércio Eletrônico S.A.

A Cnova Comércio Eletrônico S.A. foi criada em 2014 a partir da contribuição de determinados ativos e passivos da Nova Pontocom, que pertencia ao Grupo Pão de Açúcar (“CBD”) e à Via S.A. (“Via”), visando à criação da Cnova N.V., com sede na Holanda. Com a reorganização societária ocorrida em 2016, a Cnova passou a ser controlada diretamente pela Via. Em 1º de julho de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via. A partir dessa data, a Via passou a operar diretamente os negócios de *e-commerce* e de *marketplace* anteriormente exercidos pela Cnova. Em 2020, a Cnova adquiriu participação societária da Distrito. Em 2021 adquiriu participação societária da Celer. Em 2022, adquiriu participação societária da Íntegra e em 11 de abril de 2022, a controlada da Cnova E-hub teve sua razão social alterada para ViaHub Tecnologia em *E-commerce* Ltda. (ViaHub).

b) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros, são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Passivos financeiros são classificados, inicialmente, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Todos os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. É classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação.

Mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é desreconhecido, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber (exceto Contas a receber de administradoras de cartões de crédito) e Contas a receber de partes relacionadas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a variação cambial e as perdas (ou reversões de) redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem saldos de Contas a Receber - Administradoras de cartões de crédito.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e os riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique, significativamente, os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



(ii) Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem Fornecedores, Fornecedores portal, Fornecedores risco sacado (convênio), Empréstimos e financiamentos (exceto moeda estrangeira), Passivo de arrendamento, Partes relacionadas e Repasse a terceiros.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Os passivos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado compreendem saldos de Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Desreconhecimento

(i) Ativo financeiro

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativo financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa expiraram;
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e, (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

(ii) Passivo financeiro

Um passivo financeiro é desreconhecido quando:

- A obrigação especificada no contrato for liquidada ou cancelada;
- Um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes;
- Os termos de um passivo existente são substancialmente modificados.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 – Instrumentos financeiros, para mensuração das perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base em características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante o período de 12 meses e as perdas de crédito históricas correspondentes, incorridas durante esse período, ajustadas para fatores prospectivos específicos relativos aos devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia avalia periodicamente se o instrumento de dívida é considerado como de baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e passíveis de fundamentação que estejam disponíveis. Ao fazer tal avaliação, a Companhia reavalia a classificação de risco de crédito interna do instrumento da dívida.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no Balanço patrimonial da Companhia se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

c) Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes, na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidas para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento e na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



d) Contabilização de hedge

A Companhia, eventualmente, utiliza instrumentos financeiros derivativos tais como swaps para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de *hedge*.

Estes instrumentos são classificados como hedges de valor justo, e registrados como *hedge accounting*, quando protegem de forma eficaz as variações do ativo ou passivo objeto de *hedge*.

O objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo são registrados adotando os seguintes procedimentos:

- O item designado como objeto de *hedge* é classificado como “mensurado ao valor justo”, e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro;
- As alterações do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como hedge de valor justo são reconhecidas como resultado financeiro a cada data de balanço.

Valor justo de empréstimos e instrumento financeiro derivativo

O valor justo dos instrumentos financeiros, designados como objetos de *hedge* foram mensurados com base nas taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do vencimento dos instrumentos financeiros, sendo a taxa de desconto utilizada para o cálculo desenvolvida através das curvas DI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela B3. Para os empréstimos em moeda nacional é utilizada a curva DI, índice divulgado pela B3 e calculado pelo método da interpolação exponencial.

e) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é considerado praticamente certo.

f) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de sua demonstração financeira individual e consolidada, pois não é uma demonstração prevista, nem obrigatória conforme as IFRS.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

As demais políticas contábeis significativas estão divulgadas nas respectivas notas explicativas.

Via S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



5. Caixa e equivalentes de caixa

a) Política contábil

Compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo com o próprio emissor.

b) Composição dos saldos

	Taxa média ponderada (a.a.)	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas bancárias		122	116	133	232
Aplicações financeiras compromissadas	89,64% do CDI a.a.	1.593	1.476	1.717	1.535
Aplicações financeiras automáticas (i)	15,38 % do CDI a.a.	2	4	3	4
Títulos e valores mobiliários	161,93 % do CDI a.a.	-	-	166	-
Aplicações em títulos públicos (LFT's)	100 % da Selic a.a.	-	-	-	10
		1.717	1.596	2.019	1.781

(i) Referem-se a aplicação dos recursos disponíveis em conta corrente com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, resgatados automaticamente no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

6. Contas a receber

a) Política contábil

Os saldos registrados no contas a receber referem-se às atividades operacionais da Companhia decorrentes da venda de bens e serviços. As demais contas a receber não relacionados às atividades operacionais são reconhecidos na rubrica "Outros ativos".

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso de Administradoras de cartões de crédito e (ii) custo amortizado, para todas as demais carteiras.

A mensuração dos saldos de contas a receber de Administradoras de cartões de crédito tem como base, operações comparáveis realizadas regularmente pela Companhia, enquanto os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado seguem o método da taxa efetiva de juros de cada operação. Para todas as carteiras há a consideração da perda estimada, reconhecida no resultado, conforme métodos explicados a seguir:

- A Companhia utiliza formas distintas para a avaliação de perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa para cada uma das carteiras. As carteiras são divididas entre: Crediário Casas Bahia, Administradoras de cartões de crédito, B2B e demais carteiras;
- Para calcular a perda esperada da carteira de Crediário Casas Bahia, a Companhia se baseia nos perfis de pagamento de vendas durante o período de 12 meses e as perdas de crédito históricas correspondentes, incorridas durante esse período, ajustadas para fatores prospectivos específicos relativos aos devedores e ambiente econômico;
- Para as carteiras de Administradoras de cartões de crédito, B2B e demais carteiras, a Companhia utiliza-se do histórico por meio de matriz de perdas para aplicar perdas estimadas.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Administradoras de cartões de crédito	3.406	3.820	3.426	3.839
Crediário Casas Bahia (nota 6.1)	5.523	5.006	5.523	5.006
Juros a transcorrer / a apropriar em exercícios futuros (nota 6.1)	(1.650)	(1.286)	(1.650)	(1.286)
Contas a receber – B2B (i)	342	361	342	361
Outras contas a receber	326	325	366	356
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa PECLD ou PDD (c)	(646)	(706)	(648)	(711)
	7.301	7.520	7.359	7.565
Circulante	6.537	6.855	6.595	6.900
Não circulante	764	665	764	665

(i) A sigla B2B significa “*business-to-business*”, uma expressão em inglês para indicar uma empresa que faz negócio com outras empresas, na prática refere-se às vendas realizadas para outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

c) Movimentação da Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa do contas a receber – PECLD ou PDD

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Saldo no início do exercício	(706)	(542)	(711)	(542)
Perdas estimadas registradas no exercício	(1.044)	(825)	(1.085)	(830)
Baixas de contas a receber, líquido de recuperação	1.104	661	1.148	661
Saldo no fim do exercício	(646)	(706)	(648)	(711)
Circulante	(568)	(623)	(570)	(628)
Não circulante	(78)	(83)	(78)	(83)

d) Abertura das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por tipo de recebível – Carteira total

	Controladora					
	31.12.2022			31.12.2021		
	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido
Administradoras de cartão de crédito	3.406	-	3.406	3.820	(33)	3.787
Crediário Casas Bahia – TOTAL	5.523	(627)	4.896	5.006	(656)	4.350
Contas a receber “B2B” (i)	342	(4)	338	361	(4)	357
Outras contas a receber	326	(15)	311	325	(13)	312
	9.597	(646)	8.951	9.512	(706)	8.806
	Consolidado					
	31.12.2022			31.12.2021		
	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido
Administradoras de cartão de crédito	3.426	-	3.426	3.839	(33)	3.806
Crediário Casas Bahia – TOTAL	5.523	(627)	4.896	5.006	(656)	4.350
Contas a receber “B2B” (i)	342	(4)	338	361	(4)	357
Outras contas a receber	366	(17)	349	356	(18)	338
	9.657	(648)	9.009	9.562	(711)	8.851

(i) A sigla B2B significa “*business-to-business*”, uma expressão em inglês para indicar uma empresa que faz negócio com outras empresas, na prática refere-se às vendas realizadas para outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



e) Composição por período de vencimento do contas a receber, antes da redução das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e dos juros a apropriar – Carteira total

	Controladora											
	31.12.2022					31.12.2021						
	Vencidos					Vencidos						
A vencer	Até 30 dias	31 – 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias	Total	A vencer	Até 30 dias	31 – 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias	Total	
Administradoras de cartão de crédito	3.402	-	-	-	4	3.406	3.803	-	-	-	17	3.820
Credidiário Casas Bahia	5.128	161	87	64	83	5.523	4.665	143	74	53	71	5.006
Contas a receber “B2B” (i)	216	94	12	14	6	342	328	22	4	-	7	361
Outras contas a receber	306	2	11	1	6	326	313	5	3	1	3	325
	9.052	257	110	79	99	9.597	9.109	170	81	54	98	9.512

	Consolidado											
	31.12.2022					31.12.2021						
	Vencidos					Vencidos						
A vencer	Até 30 dias	31 – 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias	Total	A vencer	Até 30 dias	31 – 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias	Total	
Administradoras de cartão de crédito	3.422	-	-	-	4	3.426	3.822	-	-	-	17	3.839
Credidiário Casas Bahia	5.128	161	87	64	83	5.523	4.665	143	74	53	71	5.006
Contas a receber “B2B” (i)	216	94	12	14	6	342	328	22	4	-	7	361
Outras contas a receber	322	6	17	3	18	366	341	6	4	1	4	356
	9.088	261	116	81	111	9.657	9.156	171	82	54	99	9.562

(i) A sigla B2B significa “*business-to-business*”, uma expressão em inglês para indicar uma empresa que faz negócio com outras empresas, na prática refere-se às vendas realizadas para outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



- f) Além dos saldos supramencionados, a Companhia possui outros recebíveis de origens diversas, tais como: valores referentes a cauções dadas, ativos indenizatórios, despesas pagas antecipadamente, adiantamentos feitos à fornecedores, valores a receber referentes a reembolso de despesas, entre outros, todos esses recebíveis são registrados em rubrica específica, denominada de outros ativos.

6.1 Contas a receber – Crédito Direto ao Consumidor (Crediário Casas Bahia)

a) Composição dos saldos – Carteira (Crediário Casas Bahia)

Correspondem aos recebíveis das vendas a prazo financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (“Crediário Casas Bahia”), conforme nota explicativa nº 13(a)(i), que podem ser parcelados em até 24 meses, cujo prazo médio de recebimento é de 15 meses com taxa média de juros de 122,06% a.a. A seguir apresentamos os saldos brutos dos carnês e o montante de juros a incorrer de acordo com os prazos acordados.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Crediário Casas Bahia – Circulante	4.839	4.371
Crediário Casas Bahia – Não Circulante	684	635
Crediário Casas Bahia – Total (a)	<u>5.523</u>	<u>5.006</u>
Juros a transcorrer / Receita a ser apropriada em exercícios futuros	(1.650)	(1.286)
Crediário Casas Bahia – Total sem juros a transcorrer	<u>3.873</u>	<u>3.720</u>
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa – PDD (b)	(627)	(656)
(%) PECLD (PDD) / Crediário Casas Bahia – Total ((b)=-(a))	11,4%	13,1%

b) Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do Crediário Casas Bahia

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Saldo no início do exercício	(656)	(479)
Perdas estimadas registradas no exercício	(1.029)	(704)
Baixas de contas a receber, líquido de recuperação	1.058	527
Saldo no fim do exercício	<u>(627)</u>	<u>(656)</u>
Circulante	(549)	(573)
Não circulante	(78)	(83)

7. Estoques

a) Política contábil

O custo dos estoques baseia-se no custo médio ponderado, e os estoques incluem todos os gastos relativos a transporte, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos no seu traslado até as suas localizações e para que estejam em condições de venda.

Os estoques estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável através de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

As bonificações recebidas de fornecedores compreendem acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de *marketing*, entre outros. As bonificações são registradas no resultado à medida que os correspondentes estoques são vendidos. Quando aplicável, o valor das bonificações a receber é registrado como redutor do saldo de fornecedores, desde que os acordos com os fornecedores permitam a liquidação do saldo ao fornecedor pelo montante líquido.

b) Estimativas e premissas contábeis

O valor recuperável líquido representa o preço estimado de venda menos os custos estimados e despesas diretamente atribuíveis para trazer a mercadoria em condições de venda, incluindo os ajustes para giro lento de mercadorias, margem negativa e quebras de estoque por roubo, furto e sucateamento, obtidos por meio de análise da perda histórica.

O valor realizável líquido é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de:

- (i) Tributos incidentes sobre a venda;
- (ii) Despesas de pessoal atreladas diretamente a venda; e
- (iii) Custo dos estoques.

c) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lojas	2.453	2.953	2.453	2.953
Centros de distribuição	3.102	4.161	3.143	4.213
Almoxarifado	17	21	17	22
Perdas estimadas ao valor realizável líquido	(39)	(36)	(39)	(36)
	5.533	7.099	5.574	7.152

d) Movimentação das perdas estimadas para redução dos estoques ao valor realizável líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Saldo no início do exercício	(36)	(41)	(36)	(42)
Reversões (adições)	(19)	(16)	(19)	(15)
Perdas realizadas	16	21	16	21
Saldo no fim do exercício	(39)	(36)	(39)	(36)

8. Tributos a recuperar

a) Política contábil

A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o ICMS reconhecido como redutor de “custo das mercadorias vendidas” e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A expectativa de realização dos tributos é baseada na projeção de operações e crescimento, gestão operacional, legislação vigente e na geração de débitos para consumo desses créditos por operação. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia reavaliou as expectativas de realização de créditos tendo como base as alterações de seus planos orçamentários e logísticos.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
ICMS a recuperar (i)	3.813	3.616	3.815	3.625
PIS e COFINS a recuperar	2.255	1.986	2.377	2.069
Imposto de renda e contribuição social	259	217	279	230
Outros	258	371	266	380
	6.585	6.190	6.737	6.304
Circulante	1.815	1.782	1.827	1.809
Não circulante	4.770	4.408	4.910	4.495

(i) Realização do crédito de ICMS

O plano de realização do crédito de ICMS (monetização) é acompanhado periodicamente com intuito de garantir o cumprimento das premissas estabelecidas. Sempre que necessário, são realizadas revisões nas premissas estabelecidas com o objetivo de refletir no plano os eventos de negócio, permitindo assim ter maior controle da realização dos referidos créditos.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudos técnicos de recuperação, e com base na expectativa futura de desempenho operacional, entende ser viável a compensação futura dos referidos créditos. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com suporte em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia acredita que as premissas estabelecidas estão aderentes e refletem a melhor expectativa de realização dos referidos créditos.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Cabe ainda destacar que a realização dos referidos créditos também pode ocorrer através de processo de ressarcimento junto às Secretarias da Fazenda Estaduais mediante a apresentação dos documentos fiscais e arquivos digitais relativos as operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento.

Durante o exercício de 2022 a Companhia firmou instrumentos particulares de transferência de créditos de ICMS, no valor de R\$800. A Companhia estima concluir a transferência dos referidos créditos até o final de 2024.

c) Expectativa de realização dos tributos a recuperar

	Controladora				Total
	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros	
2023	769	814	27	205	1.815
2024	957	838	27	30	1.852
2025	798	603	27	20	1.448
2026	523	-	28	2	553
2027	478	-	150	-	628
Mais de 5 anos	288	-	-	1	289
	3.813	2.255	259	258	6.585

	Consolidado				Total
	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros	
2023	771	823	31	202	1.827
2024	957	839	31	40	1.867
2025	798	603	31	20	1.452
2026	523	-	32	2	557
2027	478	-	154	1	633
Mais de 5 anos	288	112	-	1	401
	3.815	2.377	279	266	6.737

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



9. Partes relacionadas

	Ativo (Passivo), líquido				Receita (Despesa), líquida			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<u>Partes relacionadas</u>								
Controladas								
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") (c) (d)	161	125	-	-	(362)	(643)	-	-
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	-	-	-	-	(1)	(2)	-	-
ASAP Log Ltda. ("ASAP Log") (c)	(3)	-	-	-	(36)	(17)	-	-
ASAP Log Logística e Soluções Ltda. ("ASAP Logística") (c)	(134)	(26)	3	2	(158)	(44)	-	-
BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi") (c)	4	2	-	-	(10)	(7)	-	-
Íntegra Soluções para Varejo Digital LTDA. ("Íntegra") (c)	4	-	(1)	-	4	-	-	-
ViaHub Tecnologia em E-commerce LTDA. ("ViaHub") (c)	(119)	-	-	-	(226)	-	-	-
Coligadas								
Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC") (a)	(1)	(3)	(1)	(3)	(28)	(10)	(28)	(10)
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV") (a)	2	1	2	1	(37)	7	(37)	7
Growth Partners Investimentos e Participações S.A. ("Distrito")	-	-	-	(1)	-	-	-	-
Outras								
Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") (d)	409	386	460	433	31	56	31	53
	323	485	463	432	(823)	(660)	(34)	50
<u>Operações de arrendamento mercantil</u>								
Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") (b)								
Ativo de direito de uso	718	1.027	745	1.054	(91)	(123)	(94)	(126)
Passivo de arrendamento	(1.105)	(1.499)	(1.064)	(1.539)	(133)	(188)	(138)	(193)
	(387)	(472)	(319)	(485)	(224)	(311)	(232)	(319)
Total das operações com Partes relacionadas	(64)	13	144	(53)	(1.047)	(971)	(266)	(269)
Ativo – partes relacionadas								
Circulante	523	420	299	271				
Não circulante	134	141	184	188				
Passivo – partes relacionadas								
Circulante	(332)	(76)	(20)	(27)				
Não circulante	(2)	-	-	-				

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



As operações com partes relacionadas, apresentadas no quadro acima, são oriundas de transações que a Companhia mantém com seus principais acionistas, suas controladas e com outras entidades relacionadas. Essas transações foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições usuais de mercado acordadas entre as partes, sendo as principais:

a) Operações de crédito e financiamento com a FIC e BINV

A Companhia atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC e BINV, que realizam operações de compra de recebíveis de cartão de crédito da Companhia. Esta operação gera valores a repassar, indicados como contas a pagar com partes relacionadas e valores a receber pelos serviços prestados, indicados como contas a receber com partes relacionadas. O resultado destas operações está representado na coluna de "Receita (despesa), líquida" no quadro anteriormente apresentado e classificado na rubrica de "Receita de venda de mercadorias e serviços", na Demonstração do resultado da Companhia.

A FIC e BINV atuam, também, como operadoras de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de clientes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC e BINV era de R\$307 (R\$400 em 31 de dezembro de 2021). Esses saldos estão registrados na rubrica "Contas a receber" em "Administradoras de cartões de crédito", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu R\$49 (R\$9 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) de despesas financeiras provenientes da antecipação de recebíveis de cartão de crédito.

b) Operações de aluguéis

A Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 210 imóveis, entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos, estabelecidos em condições específicas com a Casa Bahia Comercial ("CB") e seus sócios, conforme Acordo de Associação celebrado entre Via, CBD, CB e sócios da CB.

c) Compra e venda de mercadorias e serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia efetuou as seguintes operações com partes relacionadas:

Contraparte	Operação	Receita (despesa), líquida	
		31.12.2022	31.12.2021
Bartira	Compra de mercadorias	(362)	(643)
ViaHub	Contratação de serviços de T.I.	(226)	-
ASAP Logística	Contratação de serviços de logística	(158)	(44)
ASAP Log	Contratação de serviços de logística	(36)	(17)
BanQi	Tarifa de intermediação do carnê Casas Bahia	(10)	(7)
Integra	Venda de mercadoria	4	-

d) Acordo de associação Via, Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") e CB e instrumentos correlatos

Em 1º de julho de 2010, foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação ("Acordo de Associação") entre Via Varejo, CBD, CB e sócios da CB que, dentre outros aspectos, assegurou à Via Varejo o direito de ser indenizada por CBD, CB e sócios da CB por eventuais perdas e/ou danos, geradas por demandas judiciais e/ou reembolso de despesas cuja a origem ou fato gerador tenha ocorrido durante o período de gestão dos antigos controladores da Via Varejo e das empresas mencionadas do referido Acordo de Associação.

Conforme disposto no referido Acordo de Associação, findo o prazo de seis anos da data do fechamento da transação, o que ocorreu em 8 de novembro de 2016, foram encerrados os procedimentos relativos à constituição de indenização relacionada às novas demandas judiciais e iniciaram-se as negociações entre as partes para cobrança e liquidação dos saldos existentes relativos a tais perdas e danos.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Em 4 de julho de 2017, a Companhia celebrou um “Termo de Acordo” com CB, em conjunto com CBD, para (i) liquidação das perdas e danos já incorridas até 8 de novembro de 2016; (ii) definição de novos critérios para apuração de responsabilidades pelas perdas e danos relativas às contingências; (iii) realização de reuniões periódicas nas quais cada uma das partes deve apresentar as perdas e danos incorridas a partir de 09 de novembro de 2016, a serem indenizados pela outra parte; e (iv) constituição de garantias para fazer frente à obrigação de indenização de CB relativas às demandas judiciais. O Termo de Acordo foi aprovado pelos Conselhos de Administração da Companhia e CBD em 24 de julho de 2017. A garantia constituída pela CB para cumprimento do referido Termo de Acordo foi uma fiança pessoal dos sócios da CB, bem como hipotecas de imóveis de propriedade da CB, em valor suficiente para suportar o total das demandas judiciais potenciais identificadas em 8 de novembro de 2016.

Em 24 de outubro de 2018, a Companhia celebrou com CB, em conjunto com CBD, Termo Aditivo ao Termo de Acordo, visando aprimorar critérios e esclarecer determinadas cláusulas e condições, de forma a possibilitar a devida liquidação dos saldos em aberto apresentados de parte a parte nas reuniões periódicas.

Em 14 de junho de 2019, a CBD realizou a venda integral da sua participação acionária da Companhia. A partir dessa data, os montantes a receber de CBD passaram a ser reconhecidos na rubrica de Outros ativos no Ativo circulante.

A Companhia tem mantido os termos contratuais do Acordo de Associação e seus referidos aditivos posteriores até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

e) Remuneração da Administração

As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta Administração (diretores estatutários e membros do Conselho de Administração), registradas na Demonstração do resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram as seguintes:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria	10	51	61	26	27	53
Conselho de Administração	6	-	6	6	-	6
	16	51	67	32	27	59

10. Investimentos

a) Política contábil

Controladas são todas as entidades que a Via detém, direta ou indiretamente, controle sobre suas operações. O controle é definido:

- Pelo poder decisório que a Companhia detém sobre as atividades operacionais e financeiras significativas em suas investidas;
- Por sua habilidade de utilizar esse poder; e
- Pela sua exposição aos retornos dessas entidades.

As demonstrações financeiras das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data que o controle foi adquirido.

Via S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



c) Informações financeiras resumidas das coligadas

FIC e BINV

São instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e da Via. A BINV é resultado da associação da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A., enquanto a FIC é resultado da associação da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A e a CBD. A Companhia exerce influência significativa nessas instituições, mas não o controle. A participação da Companhia no capital votante total da FIC e BINV corresponde a 14,24% e 50,00%, respectivamente, oriundos dos investimentos da controlada Lake.

Distrito

O Distrito é um *hub* de inovação que detém uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberto, sustentado por dados e inteligência artificial, o Distrito conecta grandes empresas, *startups*, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis. A Companhia exerce influência significativa no Distrito, mas não o controle. Em 31 de dezembro de 2022, a participação da Companhia no capital votante total do Distrito corresponde a 16,67% oriundo do investimento realizado pela controlada Cnova.

A seguir, apresentamos informações referentes as coligadas que a Companhia julga como relevantes para o cálculo da equivalência patrimonial:

	FIC		BINV	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<u>Balanco patrimonial</u>				
Ativo circulante	11.682	8.742	1.090	928
Ativo não circulante	32	35	-	-
Ativo total	11.714	8.777	1.090	928
Passivo circulante	10.136	7.401	995	844
Passivo não circulante	-	44	-	2
Patrimônio líquido (i)	1.578	1.332	95	82
Total do passivo e patrimônio líquido	11.714	8.777	1.090	928
<u>Demonstração do resultado</u>				
Lucro líquido	245	268	14	15

(i) O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco S.A..

11. Imobilizado

a) Política contábil

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no final de cada período e ajustados de forma prospectiva. As taxas de depreciação e amortização ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e do direito de uso, respectivamente, estão assim distribuídas:

Categoria de ativos	Vida útil média ponderada estimada em anos 31.12.2022
Edifícios	40
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15
Máquinas e equipamentos	9
Equipamentos de informática	5
Instalações	12
Móveis e utensílios	11
Veículos	4

Não houve mudança significativa na vida útil média ponderada comparada com o ano anterior.

Quando estão diretamente relacionadas à logística e distribuição, as despesas com depreciação são alocadas ao custo dos produtos e posteriormente registradas no “Custo das mercadorias e serviços vendidos” de acordo com a venda dos estoques.

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

O ativo imobilizado deve ser reconhecido pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor recuperável, sendo que o valor contábil representa a soma do custo histórico e a depreciação acumulada do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.

Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

Anualmente a Companhia realiza o teste de *impairment* de seus ativos imobilizados, avaliando a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras.

b) Estimativas e premissas contábeis

A Companhia entende que suas Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) são suas lojas, e realiza o teste de recuperabilidade de seu ativo imobilizado neste nível. O teste é realizado considerando as seguintes etapas:

- (i) As UGC’s que apresentarem margem bruta negativa, nos últimos 12 meses, seguem para a próxima etapa;
- (ii) Elabora-se o fluxo de caixa esperado das UGC’s identificadas para os próximos 10 anos e compara-se o resultado com o valor contábil;
- (iii) Em caso de lojas próprias com valor em uso abaixo do valor contábil, a Companhia solicita a avaliação de especialistas independentes para obter o valor de mercado do imóvel.

A margem EBITDA utilizada para o teste varia entre as UGC’s considerando o resultado apresentado pela UGC no último ano. A margem EBITDA, o crescimento de vendas e a taxa de desconto utilizados são objeto de aprovação do Conselho de Administração da Companhia. A taxa de desconto utilizada no teste de *impairment* reflete o custo de capital da Companhia (WACC).

O resultado do teste de *impairment*, bem como os índices utilizados, estão apresentados no item (e) desta nota explicativa.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



c) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora						Consolidado					
	Saldos em 31.12.2022			Saldos em 31.12.2021			Saldos em 31.12.2022			Saldos em 31.12.2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido									
Terrenos	9	-	9	11	-	11	11	-	11	15	-	15
Edifícios	9	(7)	2	15	(8)	7	11	(9)	2	20	(13)	7
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.153	(537)	616	1.174	(479)	695	1.160	(537)	623	1.177	(479)	698
Máquinas e equipamentos	324	(193)	131	303	(171)	132	527	(344)	183	502	(318)	184
Equipamentos de informática	715	(535)	180	660	(453)	207	724	(540)	184	667	(457)	210
Instalações	177	(69)	108	173	(59)	114	196	(76)	120	190	(65)	125
Móveis e utensílios	409	(246)	163	394	(218)	176	415	(250)	165	398	(220)	178
Veículos	6	(5)	1	5	(4)	1	10	(5)	5	10	(5)	5
Imobilizado em andamento	414	-	414	253	-	253	415	-	415	258	-	258
Outros	76	(50)	26	70	(46)	24	86	(57)	29	84	(52)	32
	3.292	(1.642)	1.650	3.058	(1.438)	1.620	3.555	(1.818)	1.737	3.321	(1.609)	1.712

Via S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Movimentação 2021

	Controladora					Consolidado							
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Depre- ciação	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Depre- ciação	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2021
Terrenos	11	-	-	-	-	11	15	-	-	-	-	-	15
Edifícios	7	-	1	(1)	-	7	7	-	1	-	(1)	-	7
Benfeitorias em imóveis de terceiros	638	111	(12)	(73)	31	695	641	116	(13)	-	(73)	27	698
Máquinas e equipamentos	100	46	-	(20)	6	132	150	51	-	-	(23)	6	184
Equipamentos de informática	209	75	(1)	(85)	9	207	212	78	(3)	-	(86)	9	210
Instalações	105	10	-	(11)	10	114	115	11	(1)	-	(12)	12	125
Móveis e utensílios	165	33	-	(28)	6	176	165	33	-	-	(27)	7	178
Veículos	1	-	(1)	-	1	1	5	-	-	-	-	-	5
Imobilizado em andamento	82	252	(1)	-	(80)	253	85	252	(1)	-	-	(78)	258
Outros	17	13	-	(7)	1	24	18	18	(4)	9	(10)	1	32
	1.335	540	(14)	(225)	(16)	1.620	1.413	559	(21)	9	(232)	(16)	1.712

Movimentação 2022

	Controladora					Consolidado							
	Saldo em 31.12.2021	Adições	Baixas	Depre- ciação	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Depre- ciação	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2022
Terrenos	11	-	(2)	-	-	9	15	-	(4)	-	-	-	11
Edifícios	7	-	(5)	-	-	2	7	-	(5)	-	-	-	2
Benfeitorias em imóveis de terceiros	695	41	(45)	(75)	-	616	698	41	(44)	-	(75)	3	623
Máquinas e equipamentos	132	17	1	(23)	4	131	184	20	1	-	(28)	6	183
Equipamentos de informática	207	23	9	(83)	24	180	210	25	9	-	(85)	25	184
Instalações	114	11	(8)	(13)	4	108	125	11	(8)	-	(14)	6	120
Móveis e utensílios	176	6	1	(29)	9	163	178	6	1	1	(29)	8	165
Veículos	1	-	-	(1)	1	1	5	-	-	-	(1)	1	5
Imobilizado em andamento	253	237	-	-	(76)	414	258	238	-	-	-	(81)	415
Outros	24	5	(2)	(7)	6	26	32	11	(8)	-	(11)	5	29
	1.620	340	(51)	(231)	(28)	1.650	1.712	352	(58)	1	(243)	(27)	1.737

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



d) Classificação da depreciação e amortização do Imobilizado e Intangível na Demonstração do resultado

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação e amortização no Custo de mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Depreciação e amortização	50	43	55	52

e) Testes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O valor recuperável das UGC's foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos cinco anos. As premissas utilizadas no cálculo foram as seguintes: (i) taxa de crescimento do decênio 2023-2032, conforme o planejamento estratégico da Companhia; e (ii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da Companhia de 16,16%. Foi considerada a taxa de inflação para todos os períodos de 3% a.a.

Como resultado dessa análise, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi registrada uma redução por *impairment*.

12. Intangível

a) Política contábil

São compostos por ativos intangíveis da Companhia, basicamente pelo ágio gerado em combinações de negócio, marcas e contratos vantajosos adquiridos por combinação de negócios, fundos de comércio, *softwares* em desenvolvimento ou já desenvolvidos internamente e *softwares* adquiridos de terceiros.

Os gastos com o desenvolvimento de *software* para uso interno são reconhecidos como custo de ativos intangíveis, desde que atendam os critérios mínimos de reconhecimento. No reconhecimento inicial de intangíveis adquiridos de terceiros, o valor reconhecido é o custo. No entanto, em uma combinação de negócios, todos os intangíveis identificados de forma confiável da investida, são mensurados a valor justo. O ágio gerado pela aquisição de controladas e as marcas têm vida útil indefinida, logo, não são amortizados, em virtude da perpetuidade e/ou fluxo positivo de recursos que a controlada adquirida gerará para os negócios. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. As respectivas vidas úteis são revistas anualmente e ajustadas prospectivamente, quando aplicável.

Os intangíveis gerados internamente e os gastos com desenvolvimento de *software* que não atendem os critérios mínimos de reconhecimento são registrados no resultado do exercício, quando incorridos.

Anualmente, ou sempre que houver indícios de incertezas na recuperação, os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a testes de recuperação.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo intangível de vida útil definida são relacionadas a seguir:

<u>Intangível</u>	<u>Vida útil média ponderada estimada em anos 31.12.2022</u>
Fundo de comércio	4
Direitos contratuais	13
Softwares e licenças	9
Contrato vantajoso	17

Não houve mudança significativa no cálculo da vida útil média ponderada comparada com o ano anterior.

b) Estimativas e premissas contábeis

Conforme prática contábil descrita acima, a Companhia testa anualmente se o valor contábil do ágio por aquisição de investimentos em controladas deve ser ajustado para trazê-lo ao seu valor recuperável. A Companhia utiliza premissas baseadas em seu planejamento estratégico e nos indicadores de mercado para avaliação da recuperabilidade deste ágio. O resultado do teste de *impairment*, bem como os índices utilizados, estão apresentados no item (d) desta nota explicativa.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



c) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora						Consolidado					
	Saldo em 31.12.2022			Saldo em 31.12.2021			Saldo em 31.12.2022			Saldo em 31.12.2021		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio (i)	-	-	-	-	-	-	962	-	962	964	-	964
Softwares em desenvolvimento	880	-	880	626	-	626	893	-	893	627	-	627
Softwares e licenças	1.213	(534)	679	809	(425)	384	1.291	(543)	748	875	(432)	443
Direitos contratuais (ii)	251	(216)	35	251	(211)	40	251	(216)	35	251	(211)	40
Marcas e patentes (iii)	-	-	-	-	-	-	46	-	46	46	-	46
Contrato vantajoso (iv)	-	-	-	-	-	-	36	(19)	17	36	(17)	19
Fundo de comércio (v)	65	(60)	5	74	(69)	5	65	(62)	3	73	(69)	4
	2.409	(810)	1.599	1.760	(705)	1.055	3.544	(840)	2.704	2.872	(729)	2.143

- (i) **Ágio:** A Companhia mantém ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) decorrente da aquisição da: (a) Bartira em 2013, no montante de R\$627; (b) ASAP Log em 2020, no montante de R\$3; (c) Airfox em 2020, no montante de R\$189 e posteriormente ajustado em 2021 para R\$226 em decorrência da finalização da alocação do preço de compra; (d) I9XP em 2020, no montante de R\$11; (e) Celer em 2021, no montante de 97 e posteriormente ajustado em 2022 para R\$76 em decorrência da finalização da alocação do preço de compra; (f) CNT em 2022, no montante de R\$19.
- (ii) **Direitos contratuais:** Os direitos contratuais da Companhia referem-se à re aquisição dos direitos de intermediação de seguro e garantia estendida. A vida útil destes ativos foi estimada com base na data de término dos direitos readquiridos;
- (iii) **Marcas e patentes:** Em consequência da combinação de negócios da Bartira, foi reconhecido um valor para essa marca no montante de R\$46 com base na metodologia *royalties relief*, que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida;
- (iv) **Contrato vantajoso:** Como parte da combinação de negócios da Bartira, o imóvel utilizado por Bartira é objeto de arrendamento, tendo Casa Bahia Comercial Ltda como arrendadora. Sua mensuração foi realizada com base em informações de transações comparáveis no mercado;
- (v) **Fundo de comércio:** Os fundos de comércio referem-se aos valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Movimentação 2021

	Controladora					Consolidado								
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Amortização	Transfêrências	Saldo em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Efeitos de conversão	Combinação de negócios	Amortização	Transfêrências	Saldo em 31.12.2021
Ágio	-	-	-	-	-	-	830	18	-	-	97	-	19	964
Softwares em desenvolvimento	251	418	-	-	(43)	626	252	428	(1)	-	-	-	(52)	627
Softwares e licenças	359	43	4	(81)	59	384	454	53	(19)	1	1	(96)	49	443
Direitos contratuais	45	-	-	(5)	-	40	45	-	-	-	-	(5)	-	40
Marcas e patentes	-	-	-	-	-	-	46	-	-	-	-	-	-	46
Contrato vantajoso	-	-	-	-	-	-	21	-	-	-	-	(2)	-	19
Fundo de comércio	6	-	-	(1)	-	5	5	-	-	-	-	(1)	-	4
	661	461	4	(87)	16	1.055	1.653	499	(20)	1	98	(104)	16	2.143

Movimentação 2022

	Controladora				Consolidado						
	Saldo em 31.12.2021	Adições	Amortização	Transfêrências	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021	Adições	Combinação de negócios	Amortização	Transfêrências	Saldo em 31.12.2022
Ágio	-	-	-	-	-	964	-	8	-	(10)	962
Softwares em desenvolvimento	626	564	-	(310)	880	627	586	-	-	(320)	893
Softwares e licenças	384	66	(109)	338	679	443	67	-	(120)	357	747
Direitos contratuais	40	-	(5)	-	35	40	-	-	(5)	-	35
Marcas e patentes	-	-	-	-	-	46	-	-	-	-	46
Contrato vantajoso	-	-	-	-	-	19	-	-	(2)	-	17
Fundo de comércio	5	2	(2)	-	5	4	1	-	(1)	-	4
	1.055	632	(116)	28	1.599	2.143	654	8	(128)	27	2.704

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



d) Testes de redução ao valor recuperável do ativo intangível (*impairment*)

A Companhia analisa, pelo menos anualmente, se há indícios de que os ativos intangíveis com vida útil definida não são capazes de gerar benefícios econômicos futuros através de geração de receita de venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela Companhia.

A Administração da Companhia efetua, pelo menos anualmente, análise, em conjunto com seu departamento de tecnologia da informação, com a finalidade de verificar se os projetos de softwares em andamento possuem viabilidade econômica. Aqueles casos em que não seja provável que os ativos intangíveis seriam capazes de gerar benefícios econômicos e/ou que sua manutenção não esteja alinhada com a estratégia atual da administração da Companhia, são descontinuados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia efetuou a respectiva análise e, como consequência, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável.

Para a determinação do valor recuperável dos ativos intangíveis relativos à combinação de negócios, os seus respectivos valores foram devidamente alocados ao único segmento que a Companhia reporta. As aquisições das controladas foram estratégicas e realizadas com o objetivo de explorar o grande potencial de sinergias entre os negócios, bem como alavancar o fluxo de clientes para as lojas físicas e e-commerce. Dessa forma, o teste de *impairment* para o ágio foi realizado tomando os fluxos de caixa futuros projetados para os próximos 10 anos de cada investida em virtude do plano de negócios da Companhia que é estruturado de forma a demonstrar a realização de seus ativos nesse prazo.

Para a determinação do valor recuperável, duas principais premissas foram utilizadas na elaboração do teste: (i) taxa de crescimento do decênio 2023-2032, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital das investidas. A perpetuidade foi calculada considerando as mesmas premissas do último período. Essa análise não indicou a necessidade de reconhecimento de perdas desses ativos.

13. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos saldos

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Repasse para instituições financeiras – CDCI (i)	16,86 %a.a	5.241	4.828	5.241	4.828
Empréstimos em moeda nacional (ii)	CDI + 2,88% a.a	1.220	1.286	1.220	1.302
Debêntures (iii)	CDI + 1,78% a.a	2.128	2.891	2.128	2.891
Debêntures (iii) - 8ª Deb (Séries 2 e 3)	IPCA + 8,23% a.a	332	-	332	-
Notas Comerciais (iv)	CDI + 1,50% a.a	457	401	457	401
		9.378	9.406	9.378	9.422
Circulante		6.373	5.267	6.373	5.283
Não circulante		3.005	4.139	3.005	4.139

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



- (i) Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (“Repasse para instituições financeiras - CDCI”).

As operações Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (“CDCI”) correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes, por intermédio de instituições financeiras (vide nota explicativa nº 6.1(a)). As taxas são pré-fixadas a cada contratação que a Companhia realiza. Em 31 de Dezembro de 2022, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 16,86% a.a. (9,47% a.a. em 31 de dezembro de 2021), abaixo apresentamos a segregação dos respectivos saldos entre circulante e não circulante:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Repasse para instituições financeiras – Circulante	5.014	4.482
Repasse para instituições financeiras – Não Circulante	651	578
	5.665	5.060
Juros a apropriar	(424)	(232)
Repasse para instituições financeiras, líquido de juros a apropriar	5.241	4.828

- (ii) Empréstimos em moeda nacional

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não firmou novos contratos de Cédulas de Crédito Bancário (CCB).

Data da contratação	Valor da captação	Prazo	Juros	Amortização
29/06/2020	R\$2.503	3 anos	CDI + 2,90%	Principal no ano do vencimento e juros trimestrais
26/11/2020	R\$150	3 anos	CDI + 2,59%	Principal e juros semestrais
26/11/2020	R\$150	3 anos	CDI + 2,65%	Principal e juros anuais

- (iii) Debêntures

Em 10 de maio de 2021, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 771.959 (setecentas e setenta e uma mil e novecentas e cinquenta e nove) debêntures com valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 228.041 (duzentas e vinte e oito mil e quarenta e uma) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para a 2ª série, remunerações de CDI + 1,90% a.a. e CDI + 2,10% a.a. respectivamente, com amortização final para a 1ª série e ao final do penúltimo e último ano para a 2ª série, com juros semestrais para ambas as séries, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 3 (três) anos e da 2ª série de 5 (cinco) anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia. A 6ª emissão contou com metas ESG - *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança), onde a Companhia se comprometeu a cumprir a renovação da sua matriz energética por fontes renováveis.

Em 29 de setembro de 2021, a Companhia realizou a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 461.667 (quatrocentas e sessenta e um mil e seiscentas e sessenta e sete) debêntures com valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 538.333 (quinhentas e trinta e oito mil e trezentas e trinta e três) debêntures com valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 1,50% a.a. e CDI + 1,70% a.a. respectivamente. Com amortização final para a 1ª série em 15 de setembro de 2024 e amortização de 50% no 4º ano e 50% no 5º ano para a 2ª série, com juros semestrais para ambas as séries, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 3 (três) anos e da 2ª série de 5 (cinco) anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Em 15 de julho de 2022, foram emitidas 400.000 (quatrocentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sendo: 67.435 (sessenta e sete mil quatrocentas e trinta e cinco) da 1ª série, com remuneração de CDI + 1,85% a.a., juros trimestrais e amortização de 50% em 14 de julho de 2026 e 50% em julho de 2027; 291.029 (duzentas e noventa e uma mil e vinte e nove) da 2ª série, com remuneração de IPCA + 8,2243% a.a., juros trimestrais e amortização em 14 de julho de 2027; e 41.536 (quarenta e uma mil quinhentas e trinta e seis) da 3ª série; com remuneração de IPCA + 8,3348% a.a., juros trimestrais e amortização em 14 de julho de 2028 e 13 de julho de 2029. As debêntures foram objeto de distribuição privada, servindo como lastro do CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários), emitido através do 20º Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Opea Securitizadora S.A., nos termos da instrução CVM 400.

(iv) Notas Comerciais

Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única. Foram emitidas 400.000 (quatrocentas mil) notas comerciais escriturais com valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com remuneração de CDI + 1,50% a.a., amortização do principal e juros no final, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da instrução CVM nº476/14195. O prazo de vigência das notas comerciais escriturais é de 1 (um) ano e 6 (seis) meses contados da data de emissão, e os recursos captados foram destinados para o pagamento de parcial do saldo relativo a 4ª emissão de debêntures da Emitente.

b) Movimentação

O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento constante na demonstração dos fluxos de caixa.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.096	9.096
Fluxos de caixa de financiamento		
Captações (i)	9.199	9.199
Amortizações (i)	(9.028)	(9.028)
Pagamento de juros (i)	(491)	(491)
Variações que não envolvem caixa		
Combinação de negócios	-	16
Juros incorridos (i)	630	630
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>9.406</u>	<u>9.422</u>
Fluxos de caixa de financiamento		
Captações (i)	7.803	7.803
Amortizações (i)	(8.147)	(8.164)
Pagamento de juros (i)	(912)	(912)
Variações que não envolvem caixa		
Juros incorridos (i)	1.228	1.229
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>9.378</u>	<u>9.378</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2022, os montantes referentes às operações de repasse para instituições financeiras foram de R\$7.403 de captações, R\$7.177 de amortizações, R\$439 de pagamento de juros e R\$626 de juros incorridos (R\$6.791, R\$6.703, R\$213 e R\$306 respectivamente em 31 de dezembro de 2021).

Via S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



c) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

Ano	Controladora e Consolidado
2024	1.848
2025	380
2026	414
2027	322
2028	21
Mais de 5 anos	20
	3.005

d) Cláusulas restritivas

A Companhia monitora constantemente os indicadores considerados significativos pela Administração, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA ajustado ("*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization adjusted*").

Debêntures e notas comerciais escriturais

A manutenção do vencimento contratual das debêntures e das notas comerciais escriturais em seu prazo original está condicionado ao cumprimento de cláusulas contratuais restritivas ("*covenants*"), previstas em seus respectivos instrumentos, as quais a Companhia ressalta vem cumprindo regularmente. O principal *covenant*/indicador é o abaixo indicado:

Covenants sobre dívida líquida:

- Dívida líquida consolidada (*) não superior ao Patrimônio Líquido e;
- Relação entre dívida líquida ajustada, e o EBTIDA consolidado ajustado (**), menor ou igual a 3,25.

Além disso, especificamente em relação à 6ª Emissão de Debêntures [Debênture SLB – *sustainability linked bond*], a Companhia possui cláusulas específicas relativas à ESG - *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança), em que se comprometeu ao atingimento de percentual de energia renovável, nos percentuais e datas de verificação abaixo:

- Dezembro de 2022 – Igual ou maior a 50%
- Dezembro de 2025 – Igual ou maior a 90%

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas previstas em seus empréstimos e financiamentos, bem como o indicador de ESG de 50% de energia renovável presente na 6a emissão de debentures.

(*) **Dívida líquida consolidada:** a dívida total da Companhia (Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo debêntures, notas promissórias e saldos das operações de CDCI, excluindo saldos das operações de Contratos de Arrendamento Mercantil), subtraída do valor das disponibilidades do caixa e dos valores de Contas a Receber, com deságio de 1,15%, oriundos de vendas com cartões de crédito, vale-alimentação e multibenefícios, incluindo saldos das operações de CDCI existentes dentro da rubrica de Contas a Receber.

(**) **EBITDA consolidado ajustado:** o Lucro bruto, deduzido das despesas operacionais gerais, administrativas e de vendas, excluindo-se depreciações e amortizações, e acrescido do saldo de Outras receitas operacionais ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres.

14. Gerenciamento de riscos financeiros

a) Política contábil

Quando não é possível obter o valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros em mercados ativos, o valor justo registrado nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13) – Mensuração do valor justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e nas datas dos balanços. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



b) Composição dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativos financeiros				
<u>Custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.717	1.596	2.019	1.781
Contas a receber (exceto Administradoras de cartões de crédito)	3.895	3.733	3.933	3.759
Partes relacionadas	657	561	483	459
Instrumentos financeiros	-	-	10	10
<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>				
Administradoras de cartões de crédito	3.406	3.787	3.426	3.806
Passivos financeiros				
<u>Custo amortizado</u>				
Fornecedores	(7.110)	(6.276)	(7.251)	(6.418)
Fornecedores portal (i)	(657)	(1.332)	(657)	(1.332)
Fornecedores risco sacado (convênio) (ii)	(2.463)	(1.904)	(2.463)	(1.904)
Empréstimos e financiamentos (exceto CDCI)	(4.137)	(4.578)	(4.137)	(4.594)
Repasse para instituições financeiras	(5.241)	(4.828)	(5.241)	(4.828)
Passivo de arrendamento	(3.657)	(4.152)	(3.699)	(4.202)
Partes relacionadas	(334)	(76)	(20)	(27)
Repasse a terceiros	(560)	(498)	(648)	(576)

(i) Fornecedores portal: a Companhia possibilita que seus fornecedores, mediante assinatura de termos de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face. Essa operação pode ser feita diretamente com a Companhia e, também, através de transações desta natureza envolvendo instituições financeiras. Nestas transações, conforme acordado, as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pela Companhia. A decisão de aderir a esse tipo de operação é única e exclusivamente do fornecedor. Esta transação não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre a Companhia e seu fornecedor. Os respectivos ganhos financeiros da operação são apropriados no resultado financeiro, em conformidade com o regime e competência e estão apresentados na nota explicativa 24. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu uma comissão no montante de R\$ 27 (R\$ 57 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Fornecedores risco sacado (convênio): é formado a partir de transações mercantis recorrentes entre a Via e seus fornecedores de produtos e serviços. Os convênios firmados atendem aos interesses mútuos no que tange à liquidez e capital de giro de cada parte, e são firmados em decorrência de eventuais variações conjunturais no nível da demanda e oferta de produtos e serviços. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira e em troca recebe antecipadamente esses recursos da instituição financeira, que, por sua vez, passa a ser credora da operação. Em 31 de dezembro de 2022 o prazo médio dessas operações era de 118 dias com custo financeiro de 18,95% a.a. (em 31 de dezembro de 2021 o prazo médio dessas operações era 98 dias com custo financeiro de 11,04% a.a.), os respectivos custos financeiros da operação são apropriados no resultado financeiro, em conformidade com o regime e competência e estão apresentados na nota explicativa 24. A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e a classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".

As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê de Finanças, órgão de assessoramento do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente ao Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia. Os riscos mais significativos aos quais a Companhia está exposta são relacionados aos riscos de mercado decorrentes dos movimentos de taxas básicas de juros, variação cambial, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos impactos nas projeções financeiras.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



c) Risco de mercado

Para o cálculo da análise de sensibilidade, o risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2022, é o aumento do percentual do CDI, uma vez que, o saldo total dos empréstimos e financiamentos excedeu o saldo das aplicações financeiras indexadas à mesma modalidade de taxa de juros.

Taxa básica de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas (dentre as quais o CDI), para fazer frente às necessidades de capital de giro e de investimentos da Companhia. Da mesma forma, a Companhia realiza aplicações financeiras referenciadas ao CDI como parte da estratégia de gerenciamento de caixa.

Uma análise de sensibilidade foi preparada considerando uma estimativa do efeito líquido no resultado dos próximos 12 meses. Portanto, a Companhia considerou três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3, para as datas de vencimento das operações, limitada a 12 meses, cuja taxa foi 13,42% a.a. Nos cenários II e III, foram considerados aumento na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

Abaixo, quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros, demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada um dos cenários:

Operações	Risco	Consolidado	Análise de sensibilidade		
		Saldo em 31.12.2022	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	Redução do CDI	1.886	243	303	364
Empréstimos bancários (*)	Aumento do CDI	(4.137)	(484)	(578)	(672)
Impacto no resultado - despesa			(241)	(275)	(308)

(*) Não incluem os contratos repasses para instituições financeiras por apresentarem taxas de juros pré-fixadas.

d) Risco de liquidez

É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa de curto e longo prazo. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. Além disso, é prática da Companhia manter linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro, para tanto, regularmente são realizadas análises de sensibilidade para avaliar os possíveis impactos na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existentes não fossem renovadas.

A Administração realiza, de forma recorrente, a análise de sua liquidez a partir de seus fluxos de caixa projetados considerando as obrigações vincendas correntes e dívidas e concluiu que para o período de 12 meses após 31 de dezembro de 2022 inexistem riscos de liquidez. O capital circulante líquido apresenta-se negativo em 31 de dezembro de 2022, e a Administração entende que esta análise ainda deve considerar, dentre outros aspectos:

- Passivo de arrendamento: passou a ser registrado em anos anteriores com a implementação de nova norma contábil, sendo parte no passivo circulante no montante de R\$ 645 em 31 de dezembro de 2022, sem contrapartida no ativo circulante.

- Estoques: cabe destacar que o saldo de estoques da Companhia está sendo apresentado por seu valor realizável líquido (nota 7(c)), a custo, sem impostos e deduzidos da provisão para redução ao valor realizável líquido, e não por seu valor provável de venda de R\$ 9.527 (nota 14(f)), quando alavancaria o ativo circulante em R\$ 3.953;

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



- Receita diferida: no montante de R\$201, cuja realização se dará por meio do reconhecimento de receitas e não por desembolso de caixa

Ao considerar esses aspectos, o Capital Circulante Líquido da Companhia teria índice de liquidez positivo.

A Administração entende que não há incertezas relacionadas à capacidade da Companhia fazer frente às obrigações de curto prazo e que as bases de preparação destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são adequadas. Cabe ainda destacar que essa conclusão tomou como base os aspectos operacionais e financeiros atuais e projetados da Companhia. Neste sentido, destacam-se alguns aspectos, tais como:

- A Companhia está em processo de fortalecimento de seu caixa, por meio de medidas e ações que visam: (i) redução dos custos e despesas operacionais, (ii) maior eficiência na alocação de recursos financeiros em ativos da Companhia, (iii) ampliação de novas linhas de receita, como é o caso do Carnê Digital, aumento no número de lojas e intensificação da eficiência operacional e de lucratividade de nosso *marketplace*;
- Como parte da recomposição do caixa, há ainda a captação de novos recursos financeiros de longo prazo e com custos financeiros inferiores aos atuais, através da emissão de novas debêntures via Certificado de Recebível Imobiliário (“CRI”), no montante de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) conforme apresentado na nota explicativa nº 13;
- Em 10 de novembro de 2022, a Via S/A celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o banco Bradesco S.A. e o banco Bradescard S.A. (conjuntamente, “Bradesco”) com vigência até 10 de novembro de 2037. Vale destacar, que o contrato atual atingiu suas metas com 7 anos de antecedência o que determinou novo compromisso para um novo período. Esse novo acordo, envolveu o ingresso imediato de R\$ 1.750 no caixa. Além disso, há a possibilidade de recebimento de outras quatro tranches anuais de adiantamento, sujeitas ao atingimento de metas pré-definidas, em valor total de até R\$ 1.500.
- A Administração tem efetuado, nos últimos períodos, investimentos expressivos na modernização de seus ativos para manutenção e ampliação de sua participação no mercado *online*, além de também concentrar esforços na ampliação de lojas físicas, principalmente em regiões do país onde há pouca penetração de nossas marcas. Por meio desses investimentos, a Companhia acredita que, tanto no curto quanto no médio prazo, tais investimentos já resultarão em ingressos significativos de caixa para fazer frente às obrigações presentes da Companhia;

Fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros

A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia. A tabela inclui principal e juros, calculados até o vencimento, dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados podem não conferir com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 Anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	7.110	-	-	7.110	7.251	-	-	7.251
Fornecedores portal	657	-	-	657	657	-	-	657
Fornecedores risco sacado (convênio)	2.532	-	-	2.532	2.532	-	-	2.532
Empréstimos e financiamentos	1.757	2.379	21	4.157	1.757	2.379	21	4.157
Repasse para instituições financeiras	5.014	651	-	5.665	5.014	651	-	5.665
Partes relacionadas	332	2	-	334	20	-	-	20
Repasse a terceiros	560	-	-	560	648	-	-	648
	<u>17.962</u>	<u>3.032</u>	<u>21</u>	<u>21.015</u>	<u>17.879</u>	<u>3.030</u>	<u>21</u>	<u>20.930</u>

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



e) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito mantidos com instituições financeiras, na posição de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber geradas nas transações comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro.

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário a instituições financeiras validadas pelo Comitê de Finanças e aprovadas pelo Conselho de Administração. Os bancos autorizados são os classificados como de primeira linha. Essa política também estabelece limites monetários e concentração de riscos que são regularmente atualizados.

Para os saldos do Contas a receber, o risco de crédito é mitigado porque grande parte das vendas da Companhia é realizada por cartão de crédito, que são, substancialmente, securitizados com as administradoras de cartões de crédito e/ou com bancos. As vendas financiadas através da operação de repasse com instituições financeiras, têm linhas de crédito junto aos bancos: Bradesco, Safra, Banco do Brasil, Daycoval e BTG, visando o financiamento dos clientes; com interveniência da Companhia. Desta forma, a Companhia detém o risco de crédito, adotando procedimentos criteriosos na sua concessão. Todavia, o saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são calculadas conforme a política contábil da Companhia, descrita na nota explicativa nº 6(a). Os saldos dessas estimativas, apresentados em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, foram considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais perdas da carteira de recebíveis.

f) Gerenciamento de capital

O objetivo da Administração da Companhia é assegurar uma adequada classificação de risco de crédito, além de uma proporção de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento de órgão regulador sobre o capital.

	Consolidado			
	31.12.2022		31.12.2021	
	Com CDCI	Sem CDCI	Com CDCI	Sem CDCI
Caixa e equivalentes de caixa	2.019	2.019	1.781	1.781
Recebíveis de cartão de crédito	3.426	3.426	3.839	3.839
Total caixa e equivalentes, e cartão de crédito	5.445	5.445	5.620	5.620
Contas a Receber – Crediário Casas Bahia	5.523	-	5.006	-
Outros recebíveis	708	708	717	717
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa-PDD	(648)	(21)	(711)	(55)
Total caixa e equivalentes, e recebíveis	11.028	6.132	10.632	6.282
Empréstimos e financiamentos	(4.137)	(4.137)	(4.594)	(4.594)
Repasse para instituições financeiras	(5.241)	-	(4.828)	-
Total Empréstimos e financiamentos e CDCI	(9.378)	(4.137)	(9.422)	(4.594)
Caixa Líquido	1.650	1.995	1.210	1.688
Patrimônio líquido	5.284	5.284	5.637	5.637
Índice de caixa líquido	0,31	0,38	0,21	0,30

Via S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



g) Mensurações do valor justo

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém certos ativos e passivos financeiros, cuja divulgação da mensuração a valor justo é requerida conforme o CPC 40 (IFRS 7), apresentados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Custo amortizado				
Credciário Casas Bahia (i)	3.873	4.239	3.873	4.239
Repasso para instituições financeiras (ii)	(5.241)	(5.186)	(5.241)	(5.186)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Administradoras de cartões de crédito (ii)	3.406	3.406	3.426	3.426

(i) São classificados no nível 3 por considerar dados não observáveis utilizados para mensurar o valor justo. Para este cálculo, a Companhia utilizou como premissa a carteira de recebíveis do Credciário Casas Bahia e a expectativa de perda dos títulos, bem como a taxa média do mercado de desconto de duplicatas.

(ii) São classificados no nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura e negociações com partes independentes.

A Companhia avaliou e concluiu que, exceto os indicados no quadro anterior, a maioria de seus ativos e passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente, devido aos vencimentos de curto prazo dos mesmos.

Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados em mercados organizados e serão mantidos até o seu vencimento, exceto os ativos financeiros de Administradoras de cartões de crédito.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Estoques (nota 7(a))	5.533	7.099	5.574	7.152
Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos (nota 21)	36.240	36.322	36.418	36.375
Custo das mercadorias e serviços vendidos (nota 22)	(21.010)	(21.513)	(21.308)	(21.572)
Mark-up	1,72	1,69	1,71	1,69
Estoques ao valor de venda	9.544	11.986	9.527	12.060

Os estoques da Companhia, negociados em condições normais de mercado podem ser mensurados considerando o valor provável de venda e o *mark-up* histórico de suas operações, conforme demonstrado acima.

15. Tributos a pagar

a) Política contábil

Os saldos de tributos a pagar estão apresentados líquidos entre o valor total devido e o saldo a recuperar relacionado a cada um dos tributos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), Imposto sobre Serviços ("ISS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), além dos impostos que a Companhia precisa reter sobre determinadas atividades, como aluguéis e serviços tomados, entre outros.

Via S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
ICMS a pagar	133	163	136	164
Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	22	23	23	24
IRRF a pagar	39	34	57	36
Outros	52	26	59	28
	246	246	275	252
Circulante	227	225	255	231
Não circulante	19	21	20	21

16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Política contábil

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



b) Conciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo antes da tributação	(942)	(1.501)	(1.083)	(1.560)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	320	510	368	530
Subvenção de investimento (i)	233	487	235	491
Exclusão Selic sobre Tributos (ii)	128	275	135	284
Equivalência patrimonial	(51)	(33)	14	15
Efeito de diferenças de alíquotas de impostos de entidades no exterior	-	-	5	(4)
Prejuízo fiscal reconhecido	-	-	9	-
Prejuízo fiscal não reconhecido (iii)	-	-	(6)	(14)
Outras diferenças permanentes	(30)	(35)	(19)	(39)
Imposto de renda e contribuição social efetivos	600	1.204	741	1.263
Corrente reconhecido por meio do resultado	-	83	(13)	82
Diferido reconhecido por meio do resultado	600	1.121	754	1.181
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social, líquido	600	1.204	741	1.263

(i) Subvenção de investimento

A Companhia possui benefícios fiscais que reduzem a despesa de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) tais como crédito presumido, redução de base de cálculo e redução de alíquota. Esses benefícios são distribuídos em 21 estados que resultam em montante considerável de exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. Para viabilizar a utilização desse benefício, a Companhia cumpre os requisitos legais. Até 31 de dezembro de 2022 o montante excluído representou 3% das receitas das mercadorias vendidas, líquidas de impostos (2% em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Exclusão Selic sobre tributos

Refere-se aos efeitos decorrentes da exclusão das atualizações da taxa selic das bases de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social em virtude da recente decisão do STF. O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao recurso extraordinário, dando interpretação conforme à Constituição Federal ao § 1º do art. 3º da Lei nº 7.713/88, ao art. 17 do Decreto-Lei nº 1.598/77 e ao art. 43, inciso II e § 1º, do CTN (Lei nº 5.172/66), de modo a excluir do âmbito de aplicação desses dispositivos a incidência do IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário.

(iii) Prejuízo fiscal não reconhecido

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal não foi reconhecido tendo em vista a inexistência de lucro tributável em montante suficiente para realização do referido crédito tributário e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. O imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos no balanço patrimonial referentes aos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 representam o montante de R\$541 (R\$474 em 31 de dezembro de 2021).

Ao final de cada exercício de apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia reavalia se é provável que os lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo fiscal diferido seja recuperado. Caso positivo, a Companhia reconhece o ativo fiscal diferido não reconhecido previamente.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



c) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Provisão para demandas judiciais	644	757	659	774
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	219	240	220	241
Prejuízos fiscais e bases negativas	2.215	1.449	2.530	1.597
Provisão para despesas correntes	57	96	62	101
Estimativa de perda de ativo imobilizado e estoque	28	22	29	22
Arrendamento mercantil	258	261	263	265
Outros	201	140	202	141
Total ativo fiscal diferido	3.622	2.965	3.965	3.141
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(173)	(159)	(184)	(169)
PPA Bartira	-	-	(21)	(22)
ICMS seletividade	(116)	(95)	(116)	(95)
Outros	(14)	(2)	(43)	(20)
Total passivo fiscal diferido	(303)	(256)	(364)	(306)
	3.319	2.709	3.601	2.835

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão apresentados no balanço patrimonial pelo montante líquido, por entidade contribuinte, da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo fiscal diferido	3.319	2.709	3.635	2.841
Passivo fiscal diferido	-	-	(34)	(6)

d) Realização esperada de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses valores, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2022	Controladora	Consolidado
2023	681	702
2024	305	321
2025	336	360
2026	256	281
2027	272	325
Mais de 5 anos	1.772	1.976
	3.622	3.965

17. Provisão para demandas judiciais

a) Política contábil

Para que as provisões para demandas judiciais apresentadas reflitam a melhor estimativa de desembolso futuro, os processos legais são avaliados pela Administração para estimar o potencial de perda de cada processo. Essa análise leva em consideração pareceres jurídicos emitidos por assessores legais além do histórico dos processos da Companhia e respectivos pagamentos. As provisões são constituídas para todos os processos que foram analisados e considerados como perda provável, ou com base no histórico de perdas, no caso de parte das causas trabalhistas, previdenciárias e cíveis.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas de acordo com os valores dos processos, e não consideram os saldos de depósitos judiciais, já que esses estão classificados no ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão. Além disso, para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia tem como prática o provisionamento no momento em que há o julgamento em definitivo das causas.

b) Estimativas e premissas contábeis

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, tributários, trabalhistas, previdenciários e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais tributárias são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Dessa forma, a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

As provisões para demandas judiciais trabalhistas e cíveis são calculadas com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos, utilizando o percentual de sucesso para cada tipo de reclamação, e o valor médio de perdas por cargos de funcionário ou tipo de causa.

Adicionalmente, para ações coletivas e aquelas que apresentam características que as diferenciam dos processos contidos na massa, a Companhia analisa o risco individual (de cada ação). Para cada processo, um escritório independente é contratado, analisa os riscos e efetua os cálculos dos valores correspondentes aos riscos aos quais a Companhia está exposta. Este valor é provisionado de acordo com o momento processual e considerando a probabilidade de perda, sendo que, em momentos em que já existam decisões nos autos, o valor provisionado é calculado com base no valor de liquidação.

Via S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



c) Saldos e movimentação

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis e Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	1.352	273	1.625
Adições de processos novos e outras adições	13	2.784	208	3.005
Baixa de provisão por liquidação	-	(1.474)	(133)	(1.607)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	-	(471)	(81)	(552)
Atualização monetária	2	36	-	38
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15	2.227	267	2.509
Adições de processos novos e outras adições	3	1.866	64	1.933
Baixa de provisão por liquidação	-	(1.152)	(69)	(1.221)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	-	(1.306)	(11)	(1.317)
Atualização monetária	9	167	27	203
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27	1.802	278	2.107

	Consolidado			
	Tributárias (i)	Trabalhistas (ii)	Cíveis e outros (iii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	38	1.380	273	1.691
Adições de processos novos e outras adições	13	2.834	209	3.056
Baixa de provisão por liquidação	-	(1.505)	(133)	(1.638)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	-	(481)	(81)	(562)
Atualização monetária	9	37	-	46
Saldo em 31 de dezembro de 2021	60	2.265	268	2.593
Adições de processos novos e outras adições	3	1.908	69	1.980
Baixa de provisão por liquidação	-	(1.176)	(69)	(1.245)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	-	(1.336)	(12)	(1.348)
Atualização monetária	12	169	27	208
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75	1.830	283	2.188

(i) Tributárias

Os processos tributários estão sujeitos, por lei, à atualização mensal, calculada com base nas taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto às multas dos montantes não pagos, quando aplicável, foram computados e provisionados em sua totalidade.

Em 31 de dezembro de 2022, os principais processos tributários provisionados referem-se a não homologação de compensações relativas a crédito de PIS/COFINS e DIFAL, no montante de R\$64 (R\$59 em 31 de dezembro de 2021), tendo sido provisionado com base na avaliação dos advogados externos, que foi corroborada pela Administração.

(ii) Trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, majoritariamente, ao desligamento de empregados, reflexo da rotatividade normal de seus negócios e das ações reestruturantes efetuadas nos últimos anos, por exemplo motoristas e montadores. Até 30 de junho de 2021 a provisão da Companhia foi calculada com base nas perdas efetivas históricas aplicadas a totalidade dos processos ativos por cargos, bem como, a avaliação individual de risco, para determinados processos com características singulares.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



A partir de setembro de 2021, considerando um aumento efetivo nos ingressos de novos processos e no valor efetivo dos pagamentos dos referidos processos, a Companhia decidiu revisar a metodologia, adotando-se nova modelagem, sendo:

- 1) Os processos classificados na fase de conhecimento e/ou recursal, são mensurados considerando as perdas efetivas históricas aplicadas a totalidade dos processos ativos segregados por variáveis, tais como cargo, tempo de casa, UF de alocação, etc.
- 2) Já os processos classificados na fase de execução, que tenham sua avaliação de risco pelos assessores jurídicos externos como provável, e que tenham valores definidos por homologação ou peritos técnicos, são registrados pelo seu valor nominal individual.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$1.830 (R\$2.265 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia possui 26.361 processos trabalhistas ativos em 31 de dezembro de 2022 (23.319 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo apresentamos a movimentação consolidada dos respectivos processos e montantes, nos exercícios em questão:

<u>Quantidade de processos</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Estoque inicial	23.319	22.275
Entradas de processos	11.885	13.424
Saídas de processos	(8.843)	(12.380)
Estoque final	26.361	23.319
<u>Montantes transacionados relativos aos processos</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Baixa de provisão por liquidação (efeito caixa)	(1.176)	(1.505)

(iii) Cíveis e outros

A Companhia responde às ações de natureza cível, sendo os principais processos relacionados a:

- Ações renovatórias de aluguel de lojas, em que a Companhia é obrigada a pagar valores provisórios de aluguéis até o trânsito em julgado. Durante o período de julgamento das ações, a Companhia constitui provisão entre a diferença do valor pago a título de aluguel provisório e os valores pleiteados pelos locadores. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da provisão era de R\$41 (R\$32 em 31 de dezembro de 2021);
- Ações envolvendo direitos das relações de consumo. A Companhia possui 29.292 processos cíveis em andamento em 31 de dezembro de 2022 (30.317 em 31 de dezembro de 2021). A provisão é calculada com base no histórico de perdas, por tipo de reclamação e momento processual, aplicado sobre a totalidade dos processos ativos, bem como, a avaliação individual de risco, para determinados processos com características singulares. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da provisão era de R\$242 (R\$236 em 31 de dezembro de 2021).

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



d) Passivos contingentes

A Companhia apresenta outras demandas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não foram provisionadas, o montante total dessas demandas perfaz o montante de R\$4.737 em 31 de dezembro de 2022 (R\$3.980 em 31 de dezembro de 2021), e que são relacionadas principalmente a:

Tributárias

- A Companhia é parte em discussões que tratam de COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL e INSS: (i) processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelas autoridades fiscais e divergência em valores recolhidos; (ii) discussão acerca da incidência de PIS e COFINS em determinadas transações, tais como: bonificações recebidas de fornecedores; (iii) aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre as despesas com propaganda e taxas de administração de cartões; (iv) discussão decorrente de suposta insuficiência no saldo de prejuízos fiscais compensados; (v) outras discussões de menor materialidade. O montante envolvido nos referidos processos é de aproximadamente R\$1.500 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.052 em 31 de dezembro de 2021);
- ICMS-ST nas aquisições de mercadorias: discussão acerca da apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS-ST destacado nas aquisições de mercadorias para revenda no ano-calendário de 2016. O valor do auto de infração corresponde a R\$291 em 31 de dezembro de 2022 (R\$266 em 31 de dezembro de 2021).
- ICMS, ISS e IPTU: (i) processos administrativos e judiciais decorrentes da não tributação do ISS sobre valores considerados pelo fisco municipal como comercialização de serviços; (ii) discussões fiscais acerca de supostas divergências no confronto das informações transmitidas para as Secretarias da Fazenda Estadual, bem como da não tributação do ICMS sobre a comercialização do serviço de garantia estendida; (iii) discussões decorrentes da apropriação de créditos na aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular; (iv) outras discussões de menor materialidade. O montante envolvido nas referidas autuações é de aproximadamente R\$1.442 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.211 em 31 de dezembro de 2021);
- Ágio Mandala: autuações fiscais em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2012, 2013, 2015 e 2016, referentes ao ágio originado da aquisição do Ponto ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado dos autos de infração corresponde a R\$193 de IRPJ e CSLL em 31 de dezembro de 2022 (R\$273 em 31 de dezembro de 2021). Em 13 de setembro de 2022, a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) deu provimento ao Recurso Especial da Cia., por maioria de votos, cancelando integralmente o auto de infração.

Cíveis e outros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta demandas cíveis que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas totalizando R\$198 (R\$194 em 31 de dezembro de 2021).

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



e) Depósitos judiciais

A Companhia contesta o pagamento de certos impostos, contribuições, bem como referente a questões previdenciárias, trabalhistas e cíveis, para os quais efetuou depósitos recursais (vinculados), em montante equivalente aos pendentes de decisão legal. Este montante está registrado no ativo da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Previdenciárias e trabalhistas	278	326	292	341
Tributárias (i)	606	401	608	405
Cíveis e outros	24	76	25	77
	908	803	925	823

(i) Com a edição da Emenda Constitucional nº 87/2015 e do Convênio CONFAZ nº 93/2005, os Estados e o Distrito Federal, por meio de leis estaduais, passaram a exigir o Diferencial de Alíquotas de ICMS ("DIFAL") nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto.

Ocorre que, em razão da inconstitucionalidade dessa exigência instituída por leis estaduais, sem lei complementar prévia, a Companhia ajuizou ações judiciais questionando a cobrança do DIFAL.

Em 24 de fevereiro de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Recurso Extraordinário 1.287.019, caso submetido ao regime de repercussão geral, fixou a seguinte tese: "A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais".

Houve a modulação dos efeitos da decisão para a partir do exercício financeiro seguinte à conclusão deste julgamento, ou seja, para o ano de 2022. Contudo, tal modulação não afeta a Companhia, uma vez que as ações judiciais foram ajuizadas anteriormente a data da publicação da Ata do Julgamento.

Com a publicação da Lei Complementar nº 190/22, houve a instituição de uma nova relação jurídica, na medida em que os contribuintes passaram a recolher o ICMS para o estado de destino, no qual está localizado o consumidor final não contribuinte do imposto. Esse ICMS corresponde a diferença entre as alíquotas interestaduais e a interna do estado de destino (DIFAL).

Ocorre que, essa instituição de uma nova relação jurídica (recolhimento do DIFAL para o estado de destino) está condicionada aos princípios da anterioridade e da anterioridade nonagesimal. Em razão disso, considerando que a Lei Complementar nº 190/22 foi publicada em 05 de janeiro de 2022, a Companhia ajuizou ações judiciais questionando que a obrigação de proceder ao recolhimento do DIFAL para os estados apenas pode ser aplicada às operações do exercício financeiro posterior a sua publicação, ou seja, das operações realizadas a partir de 01 de janeiro de 2023.

f) Garantias e fianças bancárias

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia ofereceu garantias decorrentes de ações previdenciárias e trabalhistas, tributárias e cíveis, conforme demonstrado a seguir:

Ações	31.12.2022
Previdenciárias e trabalhistas	2.705
Tributárias	1.990
Cíveis e outras	374
	5.069

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2022, fianças bancárias e seguro garantia envolvendo acordos comerciais de serviços financeiros (receita diferida) e administrativas que totalizam R\$2.613.

As garantias corporativas outorgadas pela CBD em 31 de dezembro de 2022 totalizam R\$216.

18. Operação de arrendamento mercantil

a) Política contábil

O CPC 06 – Arrendamentos, introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. A norma determina que todos os arrendamentos e seus correspondentes direitos e obrigações contratuais deverão ser reconhecidos no balanço patrimonial. Ainda segundo a norma, estão isentos de reconhecimento os arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e cujo o ativo subjacente é de baixo valor. Também estão fora do escopo da norma contratos com prazo indeterminado e aqueles no qual a contraprestação tem base em valores variáveis. Para os arrendamentos isentos ou fora do escopo da norma, a Companhia realizou o reconhecimento como despesa no resultado do exercício, conforme incorridas. A Companhia reconheceu despesas variáveis de arrendamento de R\$17 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2022 (R\$29 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

Para cada contrato de arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é reconhecido na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso da Companhia. Inicialmente, o ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, e posteriormente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é composto pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos ou fixos em essência, que seriam pagamentos mínimos acordados com o arrendador. Ao calcular o passivo de arrendamento, a Companhia utilizou a sua taxa incremental de empréstimos, a qual foi aplicada nominalmente para desconto dos fluxos de pagamento.

Os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidos na Demonstração do resultado de acordo com o período do contrato.

Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido em um contrato de arrendamento, relacionado a COVID-19, é uma modificação do contrato de arrendamento e, assim, contabilizar as mudanças resultantes nos pagamentos de arrendamento no resultado do exercício. A Companhia e suas subsidiárias aplicaram o expediente prático a todos os benefícios concedidos em contratos de arrendamento em consonância com os requisitos da Deliberação nº 859/20.

Em 31 de março de 2021, o IASB emitiu novas alterações a IFRS 16 estendendo em um ano o expediente prático para benefícios concedidos que ocorram como consequência da pandemia da Covid-19 afetando, portanto, pagamentos devidos em ou até 30 de junho de 2022. Em 22 de julho de 2021, a CVM, através da Resolução CVM nº 41/21, aprovou o documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18/21, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que altera o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Esta resolução entrou em vigor em 2 de agosto de 2021, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. O arrendatário poderá aplicar as alterações para os pagamentos devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



b) Composição dos saldos e movimentação

Ativo de direito de uso

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.039	3.079
Adições e remensurações	836	839
Baixas / Reversões	49	46
Depreciação	(651)	(657)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>3.273</u>	<u>3.307</u>
Adições e remensurações	322	325
Baixas / Reversões	(63)	(69)
Depreciação	(743)	(747)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.789</u>	<u>2.816</u>

Classificação da depreciação do Ativo de direito de uso no resultado do exercício

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação do Ativo de direito de uso no Custo das mercadorias e serviços vendidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Depreciação	165	138	169	142

Passivo de arrendamento

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.908	3.963
Adição e remensurações	836	839
Baixas	51	47
Pagamento de principal	(643)	(647)
Pagamento de juros	(385)	(391)
Juros incorridos	385	391
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>4.152</u>	<u>4.202</u>
Adição e remensurações	323	326
Baixas / Reversões	(120)	(127)
Pagamento de principal	(698)	(702)
Pagamento de juros	(430)	(435)
Juros incorridos	430	435
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>3.657</u>	<u>3.699</u>
Circulante	641	645
Não circulante	3.016	3.054

Via S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



c) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecido no passivo não circulante

Ano	Controladora			Consolidado		
	Fluxo bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento	Fluxo bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento
2024	931	(344)	587	939	(348)	591
2025	811	(276)	535	820	(279)	541
2026	705	(210)	495	713	(213)	500
2027	550	(153)	397	559	(156)	403
2028	440	(106)	334	448	(108)	340
Mais de 5 anos	782	(114)	668	794	(115)	679
	4.219	(1.203)	3.016	4.273	(1.219)	3.054

d) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar

Para fins de atendimento das informações requeridas pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia informa que os pagamentos de passivos de arrendamento mercantil, geram um direito potencial de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto que em 31 de dezembro de 2022 é de R\$433 na Controladora e R\$439 no Consolidado (R\$418 na Controladora e R\$425 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos relacionados aos efeitos potenciais de PIS e COFINS.

e) Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazo dos contratos	Taxa média % a.a.	
	31.12.2022	31.12.2021
Até 5 anos	12,31%	6,83%
De 6 a 10 anos	13,78%	14,01%
De 11 a 15 anos	11,15%	13,30%
De 16 a 20 anos	19,52%	22,06%

f) Informações adicionais

Como descrito anteriormente, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada considerando o custo de captação da Companhia, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) adicionado a um *spread* de risco, excluindo-se as garantias oferecidas nas operações de financiamentos.

Os contratos de arrendamento da Companhia têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e para resguardar a representação fidedigna e atender as orientações da CVM em seu Ofício Circular CVM nº2/2019, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, que foram efetivamente contabilizados e a estimativa dos saldos inflacionados.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<u>Fluxo real</u>				
Passivo de arrendamento	5.276	5.794	5.340	5.872
Juros embutidos	(1.619)	(1.642)	(1.641)	(1.670)
	3.657	4.152	3.699	4.202
<u>Fluxo inflacionado</u>				
Passivo de arrendamento	6.712	7.190	6.795	7.273
Juros embutidos	(2.288)	(2.259)	(2.319)	(2.293)
	4.424	4.931	4.476	4.980

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



O fluxo inflacionado foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporados a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal.

Na elaboração dos fluxos de caixa futuros contratuais, incorporando a inflação esperada foram utilizadas taxas obtidas através de cotações futuras de mercado, observadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, para os indexadores de inflação constante nos contratos de arrendamento (IPCA). As curvas de inflação foram obtidas na data de adoção inicial do referido pronunciamento e no encerramento do exercício corrente, considerando os prazos contratuais remanescentes.

Complementarmente, os usuários dessas demonstrações financeiras podem, a seu critério, utilizar-se de outros itens fornecidos nessa nota explicativa, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado.

19. Receitas diferidas

a) Política contábil

As receitas diferidas decorrentes da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na Demonstração do resultado do exercício à medida que as *performances* contidas nos respectivos contratos são cumpridas.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Garantias complementares ou estendidas (i)	980	1.027	980	1.027
Operação de cartões e correspondente bancário (ii)	1.285	23	1.285	23
Seguros e serviços (iii)	85	99	85	99
Outros	5	9	79	78
	2.355	1.158	2.429	1.227
Circulante	190	365	201	374
Não circulante	2.165	793	2.228	853

(i) Garantias complementares ou estendidas

Em 15 de outubro de 2018, a Companhia celebrou um aditivo ao contrato de distribuição de seguros com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., que renegociou e consolidou os contratos anteriormente celebrados, em 29 de agosto de 2014 e 16 de dezembro de 2016. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$ 837 e vem sendo reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais forem atingidas. Em 23 de fevereiro de 2022, a Companhia celebrou um segundo aditivo ao contrato com novas metas e prazo final de vigência em dezembro de 2038.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



(ii) Operação de cartões e correspondente bancário

Em 10 de Novembro de 2022, a Companhia assinou o Aditivo para renovação do prazo da parceria para oferta de cartões de crédito e outros produtos financeiros ("Aditivo") com o Banco Bradesco S.A e Banco Bradescard S.A ("Bradesco"), na rede de lojas e *websites* operados sob a marca Casas Bahia. O contrato até então vigente, tinha como prazo final o ano de 2029. O Aditivo tem como objetivo principal: (i) fixar novo prazo de vigência da parceria e exclusividade para oferta de cartões de crédito *co-branded* até 10 de novembro de 2037 na rede de lojas e *websites* operados sob a bandeira Casas Bahia; (ii) estabelecer novos pagamentos a serem realizados em virtude do novo prazo acordado para oferta de produtos financeiros com exclusividade, além de estabelecer metas conjuntas para o sucesso da parceria; e (iii) atualizar e estabelecer determinados termos e condições que irão regular as relações futuras no âmbito da parceria inicialmente celebrada. Os valores envolvidos na transação totalizam R\$1.750 e estão divididos em antecipação de comissões no valor de R\$1.400 e prêmio por exploração do balcão ("*signing* bônus") no valor de R\$350, o valor recebido vem sendo reconhecido no resultado à medida em que as metas contratuais são atingidas.

(iii) Seguros e serviços

Em 26 de junho de 2018, a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços com a CDF Assistência e Suporte Digital S.A. para a prestação de serviços de assistência técnica. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$100 para a Companhia, que vem sendo reconhecido no resultado à medida em que as metas contratuais são atingidas. Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou um aditivo com a CDF e renegociou o contrato anteriormente celebrado entre as partes. O aditivo tem término previsto para dezembro de 2029.

Em 10 de novembro de 2020, a Companhia celebrou um aditivo ao contrato de parceria para intermediação de prestação de serviços e outras avenças com a USS e MMS, e renegociou os contratos anteriormente celebrados entre as partes. O aditivo tem término previsto para outubro de 2025.

c) Estimativa da Administração para realização dos saldos de receitas diferidas classificados como "Não circulante"

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2024	213	224
2025	211	223
2026	203	215
2027	203	214
2028	203	214
Mais de 10 anos	1.132	1.138
	<u>2.165</u>	<u>2.228</u>

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R\$5.138 (R\$5.138 em 31 de dezembro de 2021) e estava representado por 1.598.431 milhares de ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve o seguinte aumento de capital:

<u>Data do aumento de capital (*)</u>	<u>Valores em Reais</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>
11/08/2022	21,73	5.433

(*) Aumento de capital decorrente do exercício de planos de opções de ações

b) Ações em tesouraria

Em 2018, decorrente da migração da Companhia para o segmento de listagem da B3 denominado Novo Mercado e da conseqüente conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, foi concedido o direito de recesso aos acionistas titulares de ações preferenciais que não compareceram à Assembleia Geral Especial realizada em 3 de setembro de 2018. A Companhia recomprou 300 mil ações preferenciais totalizando o montante de R\$685.839,75 reais, pagos em 5 de outubro de 2018.

Em 14 de dezembro de 2021, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral o Programa de Recompra de ações, com o objetivo de adquirir ações de emissão da Companhia para fazer frente aos programas de incentivo de longo prazo e retenção dos principais executivos da Companhia.

Em 08 de abril de 2022, a Companhia encerrou o Programa de Recompra de Ações em razão da aquisição do número total de ações aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 06 de dezembro de 2021.

O total de ações recompradas pela Companhia foi de 18.000.000 ações ordinárias, as quais foram adquiridas pelo preço de mercado no momento de cada respectiva data de recompra. A Companhia informa que as ações recompradas no âmbito do Programa serão mantidas em tesouraria.

c) Transações de capital

Refere-se as variações decorrentes da mudança na participação societária de empresas controladas ou investidas sob controle comum.

d) Reservas de capital

(i) Especial de ágio

O valor registrado na rubrica "Reserva especial de ágio" decorre da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, empresa que continha o ágio gerado pela aquisição de Via por CBD. O ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66%, a fim de remanescer o benefício tributário que foi amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. Conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 5 de outubro de 2010 (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização será capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas de Via.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



(ii) Ágio na subscrição de ações

O ágio na subscrição de ações surge quando a empresa negocia suas ações e o comprador paga um valor por ação maior que o valor patrimonial, e esta diferença positiva deverá ser contabilizada como reservas de capital. Em 15 de junho de 2020, houve uma oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, com a emissão de 297.000.000 novas ações ao preço de R\$15,00 (quinze reais) cada, dentro do limite do capital autorizado, de forma que o montante total da Oferta Restrita foi de R\$4.455.000.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões de reais).

Foi determinado que, do preço por ação de R\$15,00: (i) o valor de R\$7,50 foi destinado a conta de Capital Social da Companhia, totalizando a quantia de R\$2.227.500.000,00 (dois bilhões, duzentos e vinte e sete milhões e quinhentos mil reais) em aumento do Capital Social e (ii) o valor remanescente de R\$7,50 foi destinado à formação de Reserva de Capital, em conta de Ágio na subscrição de ações, totalizando a quantia de R\$2.227.500.000,00 (dois bilhões, duzentos e vinte e sete milhões e quinhentos mil reais).

(iii) Opções outorgadas

A Companhia mantém planos de remuneração baseado em ações que têm o objetivo de propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia no seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas da Companhia.

Política contábil

Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os executivos da Companhia podem receber remuneração que é baseada em ações (liquidáveis em títulos patrimoniais ou em dinheiro).

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia, ou reconhecimento de um passivo no caso de opções liquidadas em caixa. Em cada data-base, a Companhia reavalia a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

Plano de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

Em abril de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a assinatura dos aditivos com os executivos beneficiários do Plano de Opções de Compra de Ações, aprovado na AGE de 02 de setembro de 2019, para fins de alteração e alongamento do prazo de *vesting* da metade das opções de compra de ações, cujo prazo original de *vesting* estaria concluído em 12 de julho de 2022, correspondente à 30% (trinta por cento) do total do plano mencionado. Com o alongamento do plano, o beneficiário terá o direito de receber opções de compra em 7 parcelas a partir do julho de 2022 na proporção dos seguintes percentuais: (i) 30% do prêmio em julho de 2022; (ii) 20% do prêmio em julho de 2023 e julho de 2024; e (iii) 8% do prêmio em maio de 2024, maio de 2025, maio de 2026 e maio de 2027.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Em maio de 2022, a Companhia outorgou 28.074.366 ações restritas aos beneficiários do programa de remuneração baseada em ações. Em dezembro de 2022 a Companhia outorgou 240.267 ações restritas aos beneficiários do programa. Uma vez cumprida a condição de serviço, qual seja manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou sociedade sob seu controle até o término do *vesting*, previsto para o mês de maio de 2027, o beneficiário terá o direito de receber ações restritas em 4 parcelas de 25% ao ano, a partir do segundo aniversário da data da outorga/concessão.

Os planos de opção de compra de ações liquidáveis em títulos patrimoniais, atualmente vigentes são os seguintes:

	Data da outorga	Término da carência
Opções de compra de ações	12/09/2019	12/07/2027
Opções de compra de ações	27/04/2021	26/04/2026
Ações restritas	27/04/2021	26/04/2026
Opções de compra de ações	02/06/2021	26/04/2026
Ações restritas	02/06/2021	26/04/2026
Opções de compra de ações	02/08/2021	26/04/2026
Ações restritas	02/08/2021	26/04/2026
Opções de compra de ações	13/09/2021	26/04/2026
Ações restritas	13/09/2021	26/04/2026
Opções de compra de ações	20/09/2021	26/04/2026
Ações restritas	20/09/2021	26/04/2026
Ações restritas	10/05/2022	10/05/2027
Ações restritas	16/12/2022	10/05/2027

A tabela a seguir apresenta os detalhes e a movimentação, em quantidade de ações, de cada um dos programas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Séries	Data da outorga	Término da Carência	Valor de exercício (em reais)	Quantidade de opções de ações em vigor em 31.12.2021	Opções outorgadas em novos programas	Opções canceladas	Opções exercidas	Quantidade de opções de ações em vigor em 31.12.2022
A5	25/05/2018	25/05/2021	R\$ 7,24	5.433	-	-	5.433	-
B5	25/05/2018	25/05/2021	R\$ 0,01	5.433	-	5.433	-	-
E	12/09/2019	12/07/2024	R\$ 4,97	50.970.571	-	-	-	50.970.571
Stock option	27/04/2021	27/04/2026	R\$ 10,01	2.762.159	24.255	432.301	-	2.354.113
Restricted share	27/04/2021	27/04/2026	R\$ 0,01	2.762.159	24.255	358.143	74.158	2.354.113
Restricted share Especial	10/05/2022	10/05/2027	-	-	11.911.881	1.411.630	103.475	10.396.776
	10/05/2022	10/05/2027	-	-	16.451.352	-	315.563	16.135.789

O total da despesa, incluindo retenção de impostos e encargos sociais, relativa aos programas de ações reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$66 (R\$60 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa (“Phantom Shares”)

Os programas de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Phantom Shares”), atualmente vigentes são os seguintes:

	Data da outorga	Término da carência
Phantom Shares	28/05/2019	27/05/2022
Phantom Shares	05/08/2020	04/08/2025

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Em 31 de dezembro de 2022, não há valores registrados no passivo circulante correspondente a esse prêmio, incluindo encargos sociais (R\$8 em 31 de dezembro de 2021) e no passivo não circulante no montante de R\$1 (R\$1 em 31 de dezembro de 2021). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em virtude da queda registrada no valor da ação, foi reconhecido um estorno de provisão no montante de R\$6 (estorno de despesa de R\$10 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

e) Reservas de lucros

(i) Subvenção para investimento

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS que são classificados como subvenção para investimentos. Tendo em vista a Lei Complementar 160/2017, a Companhia em 31 de dezembro de 2020, destinou R\$1.004 para a reserva de subvenção para investimentos, na rubrica de reserva de lucros.

Os valores da subvenção para investimentos não fazem parte da base de cálculo de dividendo mínimo obrigatório, sendo que somente poderá absorver prejuízos ou ser incorporado ao capital social, em conformidade com a Lei 6.404/76.

(ii) Absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

Em 27 de abril de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a deliberação acerca da absorção do saldo de prejuízos acumulados que, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$416, absorvendo, assim, a integralidade do saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores pela reserva de capital da Companhia.

21. Receita de venda de mercadorias e serviços

a) Política contábil

A Companhia comercializa produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis e outros itens domésticos. Adicionalmente, também oferece serviços, tais como intermediação na venda de garantias estendidas, serviços de instalação de equipamentos, *marketplace* e financeira operacional como crediário e cartões de crédito *co-branded*. As receitas obtidas na manufatura de móveis através da controlada Bartira e nos serviços de transportes através da VVLog são substancialmente destinadas às operações da Companhia e, conseqüentemente, eliminadas no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando existe a transferência de controle para o comprador. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta.

Para as operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados aos sinistros ocorridos e não é a responsável primária no atendimento às obrigações das apólices vendidas. As receitas de comissão resultantes da remuneração da Companhia pela intermediação na venda de apólices de seguros ou garantia estendida são reconhecidas no resultado quando os serviços de intermediação são prestados.

As operações de *marketplace* referem-se a uma plataforma única para compras, de maneira que um lojista independente ofereça produtos para que os clientes tenham acesso aos produtos dentro de um site da Companhia. A receita de serviços é gerada através de um percentual por cada negociação fechada (*fee*) dentro do site utilizado.

Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

Via S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Todas as receitas estão sujeitas à contribuição para o Programa de Integração Social (“PIS”) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), conforme a alíquota atribuída a cada operação. As receitas de mercadorias estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) e as receitas de serviços ao Imposto Sobre Serviços (“ISS”), tributos estes calculados com base nas alíquotas vigentes em cada Estado e município, respectivamente.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Mercadorias	31.996	33.040	32.037	33.052
Financeira operacional (c)	2.343	1.927	2.359	1.937
Serviços	1.631	1.061	1.702	1.088
Serviços de frete e montagem	270	294	320	298
Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e Cancelamentos	36.240	36.322	36.418	36.375
Tributos sobre mercadorias	(5.089)	(5.136)	(5.099)	(5.181)
Tributos sobre finanças operacionais (c)	(92)	(84)	(93)	(85)
Tributos sobre serviços	(223)	(142)	(250)	(146)
Tributos sobre serviços de frete e montagem	(56)	(64)	(78)	(64)
Tributos sobre faturamento	(5.460)	(5.426)	(5.520)	(5.476)
Receita operacional líquida	30.780	30.896	30.898	30.899

c) Receita financeira operacional

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Credciário Casas Bahia (i)	2.194	1.805	2.194	1.805
Outras	149	122	165	132
Receita bruta financeira operacional de devoluções e Cancelamentos	2.343	1.927	2.359	1.937
Credciário Casas Bahia	(74)	(70)	(74)	(70)
Outras	(18)	(14)	(19)	(15)
Tributos sobre operações financeiras operacionais	(92)	(84)	(93)	(85)
Receita financeira operacional – Credciário Casas Bahia	2.120	1.735	2.120	1.735
Receita financeira operacional (Outras)	131	108	146	117

(i) Correspondem as vendas a prazo financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (Credciário Casas Bahia), que geralmente são parcelados em até 24 meses.

d) Juros do Credciário Casas Bahia

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Credciário Casas Bahia	2.194	1.805
Juros a incorrer do Credciário Casas Bahia (nota 6.1)	1.650	1.286
Total de juros do Credciário Casas Bahia	3.844	3.091

22. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Custo com estoques vendidos	19.762	20.410	19.653	20.237
Despesas com pessoal	2.465	2.582	3.014	2.677
Despesa com serviços de terceiros	3.057	3.178	2.986	3.327
Despesas com frete	1.048	1.020	1.100	1.061
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – Credciário Casas Bahia, líquido de recuperação (PDD)	1.029	704	1.029	704
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – Outras (PDD)	15	121	56	126
Despesas com demandas judiciais trabalhistas	449	1.528	439	1.540
Outras	458	62	503	98
	28.283	29.605	28.780	29.770
Custo de mercadorias e serviços vendidos	21.010	21.513	21.308	21.572
Despesas com vendas	6.216	7.079	6.340	7.121
Despesas gerais e administrativas	1.057	1.013	1.132	1.077
	28.283	29.605	28.780	29.770

23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Despesas com reestruturação (i)	(208)	(709)	(186)	(710)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível	24	(7)	38	(38)
Outras	55	34	46	30
	(129)	(682)	(102)	(718)

- (i) Saldo é composto, principalmente, por gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

24. Resultado financeiro, líquido

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Despesas financeiras				
Custo da dívida	(556)	(322)	(557)	(323)
Repassé para instituições financeiras (i)	(626)	(306)	(626)	(306)
Custo fornecedores risco sacado (convênio)	(239)	(89)	(239)	(89)
Custo com venda e desconto de recebíveis	(751)	(288)	(763)	(288)
Atualizações passivas	(213)	(44)	(219)	(47)
Juros de passivo de arrendamento	(430)	(385)	(435)	(391)
Outras despesas financeiras	(32)	(69)	(39)	(76)
Total de despesas financeiras	(2.847)	(1.503)	(2.878)	(1.520)
Receitas financeiras				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	38	11	83	14
Atualizações ativas (ii)	496	200	518	228
Antecipação a fornecedores (fornecedores portal)	22	57	27	57
Outras receitas financeiras	5	5	6	4
Total de receitas financeiras	561	273	634	303
Resultado financeiro, líquido	(2.286)	(1.230)	(2.244)	(1.217)

(i) As operações de Repasse para instituições financeiras com Interveniência do vendedor ("Credidiário Casas Bahia") correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes (vide nota explicativa nº 13). As taxas são pré-fixadas a cada contratação que a Companhia realiza. Em 31 de dezembro de 2022, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para essa operação era de 16,86% a.a. (9,47% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

(ii) No exercício foram registrados saldos em virtude de discussão judicial no montante de R\$244 referentes a atualização monetária do ressarcimento de ICMS-ST.

25. Resultado por ação

a) Política contábil

A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do resultado por ação: (i) lucro (prejuízo) básico; e (ii) lucro diluído. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro diluído leva em consideração o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, deduzidos os instrumentos patrimoniais potencialmente dilutivos sobre a participação de seus acionistas em exercícios futuros, tais como as opções de ações que, se exercidas pelos seus detentores, aumentarão o número de ações ordinárias da Companhia, diminuindo o lucro por cada ação.

Via S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



b) Quadro de resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação, excluindo as ações readquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Numerador básico		
Resultado básico alocado e não distribuído	(342)	(297)
Total resultado básico alocado e não distribuído	<u>(342)</u>	<u>(297)</u>
Denominador básico (em milhares de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	1.580.333	1.595.388
Resultado básico por ação (em R\$)	<u>(0,21629)</u>	<u>(0,18593)</u>
Denominador diluído (em milhares de ações)		
Opções de compra de ações	-	-
Média ponderada das quantidades de ações	1.580.333	1.595.388
Média ponderada diluída das ações	1.580.333	1.595.388
Resultado diluído por ação (em R\$)	<u>(0,21629)</u>	<u>(0,18593)</u>

26. Cobertura de seguros

A Companhia tem como prática, realizar a contratação de seguros, a fim de minimizar os riscos por danos ao patrimônio que possam acarretar prejuízos para os negócios. Os seguros compreendem a proteção das lojas, centros de distribuição, prédios administrativos, incluindo todo o ativo imobilizado e os estoques, (inclusive a frota de caminhões e veículos leves é segurada). Para quaisquer perdas que a Companhia venha a sofrer em virtude de uma eventual paralisação das atividades ou em decorrência de eventuais acidentes cobertos pela apólice, o seguro de lucro cessante cobre os prejuízos causados.

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2022, são consideradas suficientes pela Administração para cobrir possíveis sinistros e podem ser resumidas da seguinte forma:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura</u>
Imobilizado e estoques	Riscos nomeados	13.727
Lucro	Lucros cessantes	5.499
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	88

(*) Não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE").

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no montante de R\$405.

Via S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



27. Informações sobre os segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e móveis.

28. Eventos subsequentes

Em atendimento ao ofício-circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13/02/2023, a Companhia efetuou um levantamento dos seus processos e, baseada na opinião de seus consultores legais internos e externos, informa que neste momento não foram identificados casos que pudessem representar impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes e decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária ocorrida em 08/02/2023. A Companhia continuará monitorando a evolução da matéria em especial os eventuais efeitos advindos de modulação e por eventuais embargos de declaração.